

Dezembro 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Relatórios sobre a fome colocam Angola entre os piores e voltam a contrariar discurso do PR	5
2. MICROFINANÇAS	6
2.1 Perto de 7 mil jovens empreendedores beneficiam de micro-crédito	6
2.2 Micro Crédito beneficia perto de sete mil jovens	7
2.3 41mil agentes económicos deixam economia informal	7
2.4 BNA ameaça bancos com multas para impor crédito ao PRODESI	9
2.5 Antigos vendedores informais recebem crédito bancário	10
3. MERCADO INFORMA	11
3.1 Mais 7,8% mil milhões kz para reabilitar mercados e avenidas	11
3.2 Jovens beneficiam de kits de trabalho	12
3.3 Denunciemos a pesca ilegal	12
3.4 Mais de 40 mil agentes deixam economia informal	13
3.5 A economia informal	14
3.6 Dois em cada em três postos de trabalho criados este ano foram para a informalidade	14
3.7 Antigos vendedores informais recebem crédito bancário	15
3.8 Mulheres vendedoras de Cambambe recebem kits profissionais	16
3.9 “O empreendedor nacional é resiliente”	16
3.10 Mais de 40 mil micro empresas formalizadas	18
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	19
4.1 FACRA, um caso paradigmático e longe dos objectivos anunciados	19
4.2 Fundos para financiar a diversificação da economia vivem na escuridão	19
4.3 PDN 2018 – 2022 Cumprido a 60%	20
4.4 Orçamento Geral do Estado/2022 aprovado com recomendações	21
4.5 Angola perdeu quase 80%da receita fiscal petrolífera em dólares	23
4.6 Economistas aprovam prioridades do OGE	24
4.7 OGE/ 2022 Aprovado	24
4.8 OGE volta a suspender e restringir direitos e regalias de servidores públicos	26
4.9 Deputados solicitam aumento de verba para programas sociais	26
5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	28
5.1 Autarquias exigem “grandes decisões”	28
5.2 Portal do município é lançado hoje em Luanda pelas Finanças	28
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	30
6.1 Ordenamento do território	30
6.2 Concurso para o Metro de Superfície vai ser lançado gora em Janeiro	30
6.3 BPC - Imobiliária vai leiloar 34 activos	31
6.4 Plataforma digital leva cliente a conhecer imóvel	31

6.5	Centralidade do Quilosso precisa de agências bancárias	32
6.6	Governo reforça iluminação pública	33
6.7	Centralidades respondem procura por habitação	33
TERRA		35
6.8	Namibianos ocupam terras ilegalmente e praticavam caça furtiva	35
6.9	Governo uniformiza concessão de terrenos	35
6.10	Ordenamento do território	36
7. SERVIÇOS BÁSICOS		37
7.1	Defendida a construção de sistemas de abastecimento de água no Cunene	37
7.2	Comunidades satisfeitas com projectos de água	38
7.3	Chuva deixa várias zonas com carência de água potável	38
7.4	Sistema de água do N'zagi reforçado no próximo ano	38
7.5	Operadores de resíduos queixam – se das condições do aterro sanitário	39
7.6	Centenas de munícipes removem resíduos sólidos	40
7.7	A 15 dias do fim dos contratos GPL ainda não lançou concurso	41
7.8	Jornal Economia e Finanças	42
7.9	Saneamento básico reforçado na Caála	43
8. GÉNERO E VIOLENCIA		44
8.1	País registou mais de mil crimes de abuso sexuais	44
8.2	“Assaltantes estão sempre á espreita”no bairro Bié	44
9. AMBIENTE		46
9.1	Defendida a construção de sistemas de abastecimento de água no Cunene	46
9.2	Moradores vivem calvário de anos anteriores	47
9.3	Executivo projecta condições para regresso de refugiados ~	47
9.4	Vítimas das chuvas beneficiam de apoio	48
9.5	Chuva deixa várias zonas com carência de água potável	48
9.6	Chuva “abençoa” os fecundos campos agrícolas no Huambo	49
10. MINEIRA		51
11. MIGRAÇÃO		51
12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA		51
12.1	Téte António na 8ª Conferência sobre Cooperação China-África	51
12.2	Angola e China abordam cooperação bilateral	51

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Relatórios sobre a fome colocam Angola entre os piores e voltam a contrariar discurso do PR

Novo Jornal

17 De Dezembro de 2021

Texto: Teresa Fukiady

Angola faz parte da lista de países onde a fome está a aumentar, de acordo com o world Poverty clock (WPC), ferramenta de monitoramento cujo nome, em português, quer dizer Relógio Mundial da Pobreza. De acordo com o WPC, no país, mais de 18 milhões de pessoas, ou seja, 54,3% da população, vivem em pobreza extrema, numa população estimada em 33 milhões de habitantes.

A população em pobreza extrema no País passou de 13,9 milhões (46,8%), em 2017, para mais de 18 milhões de habitantes (54,3%), em 2021, um crescimento de 7,5% em quatro anos. A pesquisa indica ainda que, do número da população em pobreza extrema em Angola, 14,1 milhões (94%) está na área rural.

A análise da WPC inclui estimativas até 2030, ano que a organização das Nações Unidas (ONU) colocou como meta para se erradicar a pobreza extrema do mundo. Angola, ao contrário das metas da ONU, não só não tem conseguido travar a pobreza como assiste ao seu crescimento. A WPC estima que, em 2030, o País atinja a cifra de mais de 20 milhões de habitantes em pobreza extrema.

A nível mundial, o relógio aponta que mais de 700 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza. Deste número, perto de 475 milhões vivem em África. Os dados da WPC referem que 2,5% da população em extrema pobreza a nível mundial está em Angola.

O Banco Mundial define como atingidas pela pobreza extrema pessoas que vivem com 1,90 dólares por dia ou menos.

O WPC é uma ferramenta online que permite visualizar em tempo real quantas pessoas saem ou entram na pobreza no mundo, medição que cobre 99,7% da população mundial. Lançada em 2017 pela organização não-governamental World Lab, a ferramenta reúne dados públicos e projecções da

Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (~MI).

Números contrariam JLo

Recentemente, o Presidente da República

Relativizou as queixas de quem chama atenção para a fome no País. João Lourenço, que falava nas vestes de líder do MPLA, reforçou que o País "já tem muita produção de bens alimentares", pelo que falta apenas aos cidadãos maior poder de compra.

As declarações de João Lourenço geraram polémica, levando, por exemplo, diversas personalidades ou individualidades a classificá-la como "insensíveis" e "desrespeitosas"

Mas esta não é a primeira vez que o PR é contrariado. Por exemplo, em 2019, após ter negado haver fome em Angola, admitindo haver apenas "alguma desnutrição", «explodiram» vários comentários opostos, sustentados por números de instituições internacionais que apontam para o agravamento da fome no País. O mais recente veio em Novembro do Programa Alimentar Mundial (PAM), uma das maiores agências humanitárias do mundo, que alerta que um record de 45 milhões de pessoas estão à beira da fome no mundo, numa lista de países que inclui Angola, onde a insegurança alimentar está a aumentar. Aliás, o Índice Global da Fome de 2021 coloca o País entre as 20 nações do mundo com situação "alarmante".

Já o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) concluiu que, no País, em 2020, mais de cinco milhões de pessoas não comeram de forma saudável e mais de 23 milhões enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Perto de 7 mil jovens empreendedores beneficiam de micro-crédito

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2021

Texto: Ana Paulo

O Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) concedeu, até ao momento, em micro-crédito por via da banca comercial, um valor de 1,3 mil milhões de kwanzas a 6 995 jovens empreendedores.

Dados apresentados pelo secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, indicam que estão cumpridos 69,95 por cento do número de 10 mil previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

No habitual briefing bissemanal, realizado, terça-feira (7), em Luanda, Pedro José Filipe, ladeado da secretária de - para a Economia, Dalva Ringote, detalhou as actividades desenvolvidas no ciclo de balanço dos últimos sete dias do sector económico do Governo.

Ao que fez saber o secretário de Estado do MAPTSS, há, entre os beneficiados, jovens empreendedores que se organizaram através da criação de cooperativas a nível das pescas e da agricultura, enquanto outros apostaram em áreas como a de recolha de resíduos sólidos, prestação de serviços, mecânica, restauração, só para citar estas.

O projecto de micro crédito tem tido impacto na vida dos jovens com competências técnico-profissionais e permitido aos mesmos que impulsionem e multipliquem os negócios, tornando-os fiáveis", frisou

Beneficiários

Pedro Filipe esclareceu que os beneficiados são parte dos mais de 34 mil jovens até aqui formados nos vários cursos profissionais promovidos pelo Ministério, através do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) e vários parceiros públicos e privados.

Como exemplo, realçou, entre os beneficiados está uma cooperativa de resíduos sólida, criada por 10 jovens residentes na província do Huambo; um alfaiate que, actualmente, conseguiu empregar outras

oito pessoas, além de uma cidadã residente na Centralidade do Kilamba, proprietária de um restaurante, com solidez e óptimas perspectivas de evolução.

"Esta iniciativa de micro crédito permitiu a geração de 16 415 postos de trabalho, criados pelos empreendedores", disse Pedro Filipe.

Na ocasião, esclareceu que o projecto PAPE não cria empregos, apenas fomenta a criação de empregos.

Indicou, por outro lado, que o sector está, actualmente, com um total de 154 centros profissionais distribuídos pelo país. Com este resultado, disse o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, face à meta do sector de alcançar 60 mil jovens, ao concretizar já mais de 34 mil, a taxa de realização actual é de 57,72 por cento.

Participações da banca na iniciativa do Governo foram apontadas como bancos de referência no apoio ao Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) os bancos Sol e o BAI Microfinanças.

Para a obtenção do micro crédito, a taxa de juros bonificada é de 1,67 por cento, com um período de carência (espaço de tempo em que não se paga nenhum reembolso) é de três meses e a amortização de um ano.

Segundo o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, os jovens empreendedores beneficiários do micro crédito, caso cumpram rigorosamente com as prestações, têm a possibilidade de renegociar as normas.

Estamos a trabalhar com duas instituições que têm tradição a nível do micro crédito e nos permitido chegar até aos jovens empreendedores", elogiou, tendo acrescentado ser esta uma dimensão clara da aposta séria e firme que o Governo tem para com a formação técnico profissional.

2.2 Micro Crédito beneficia perto de sete mil jovens

Jornal Economia e Finanças

10 De Dezembro de 2021

Texto: Ana Paulo

O Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) concede um micro crédito, até ao momento, 1,3 mil milhões de kwanzas a um total de 6-995 jovens empreendedores.

Dados apresentados pelo secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, indicam que estão cumpridos 69,95 por cento do número de 10 mil previstos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

No habitual briefing bissemanal, realizado, ontem, em Luanda, Pedro José Filipe, ladeado da secretária de Estado para a Economia, Dalva Ringote Allen, detalhou as actividades desenvolvidas no ciclo de balanço dos últimos sete dias dentro sector económico do Governo.

Ao que fez saber o secretário de Estado do MAPTSS, há, entre os beneficiados, jovens empreendedores que se organizaram através da criação de cooperativas a das pescas e da agricultura, enquanto outros apostaram em áreas como a de recolha de resíduos sólidos, prestação de serviço, mecânica, restauração, só para citar estas.

"O projecto de micro crédito tem tido impacto na vida dos jovens com competências técnico-profissionais e permitido aos mesmos que impulsionem e multipliquem os negócios, tornando-os fiável", frisou.

Pedro Filipe esclareceu que os beneficiados são parte dos mais de 34 mil jovens até aqui formados nos vários cursos profissionais promovidos pelo Ministério, através do Instituto Nacional de Formação Profissionais (INEFOP) e vários parceiros públicos e privados.

Como exemplo, realçou, entre os beneficiados está uma cooperativa de resíduos sólidos, criada por jovens residentes na província do Huambo; um alfaiate que, actualmente, conseguiu empregar outras oito pessoas, além de uma cidadã residente na Centralidade do Kilamba, proprietária de um restaurante, com solidez e óptimas perspectivas de evolução.

"Com esta iniciativa de micro crédito, permitiu-se a geração de 16.415 postos de trabalho, criados pelos empreendedores", sublinhou Pedro Filipe, que

esclareceu que o projecto PAPE não cria empregos, apenas fomenta a criação de emprego.

Disse, por outro lado, que o sector está, actualmente, com um total de 154 centros profissionais distribuídos a nível nacional. Com este resultado, disse o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, face à meta do sector de alcançar 60 mil jovens e concretizar já mais de 34 mil, a taxa de realização é de 57,72 por cento.

Participação da banca

Foram apontadas como bancos de referência no apoio ao Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) os bancos Sol e o BAI Microfinanças.

Para a obtenção do micro crédito, a taxa de juros bonificada é 1,67 por cento, com um período de carência (espaço de tempo em que não se paga nenhum reembolso) é de três meses e a amortização de um ano.

Segundo o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Pedro Filipe, os jovens empreendedores beneficiários do micro crédito, caso cumpram rigorosamente com as prestações, têm a possibilidade de renegociar as normas.

"Estamos a trabalhar com duas instituições que têm tradição a nível do micro crédito e nos permitido chegar até aos jovens empreendedores", elogiou, tendo acrescentado ser esta uma dimensão clara da aposta séria e firme que o Governo tem para com a formação técnico profissional.

2.3 41 mil agentes económicos deixam economia informal

Jornal Economia e Negócios

17 De Dezembro de 2021

Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) formalizou, de 2020 até ao início deste mês, um total de 41.237 agentes económicos. Segundo dados avançados, ontem, em Luanda, pelo director de Gabinete para a Política de População do Ministério da Economia e Planeamento.

Adriano Celso Borja informou que a meta desta iniciativa do Governo era trazer ao circuito formal, até final de 2022, dois mil agentes formalizados. Foi previsto 500 para 2020; 1000 para 2021 e outros 500 para o ano de 2022. Os números actuais revelam uma taxa (de cumprimento superior à prevista, em mais de 900 por cento.)

Segundo Adriano Borja, que foi, ontem, ao habitual briefing bissemanal, o balanço das actividades do sector sobre o PREI evidencia um resultado acima do descrito graças ao empenho das instituições parceiras, que de tudo fizeram para que o mesmo se tornasse realidade. Outro impulso significativo no processo é a dinamização do PREI no "Mercado do Km 30", uma experiência piloto, lançada no mês passado, e com duração prevista de nove meses a nível nacional.

A título de exemplo, esclareceu Adriano Borja, do número geral de formalizados, cerca de 18 mil foram realizados em Abril de 2020 pela Administração do Território a nível de algumas províncias do país, 14 mil realizados pelo Guiché Único de Empresa, mais de dois mil formalizados ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, do Alívio Económico, e, actualmente, com o processo de aceleração no Mercado do 30, estão já formalizados mais outros seis mil agentes.

"Fruto do empenho e dedicação da comissão multisectorial, a meta foi superada acima do previsto", realçou Adriano Celso Borja, que defendeu os comerciantes do mercado informal como os que mais movimentam a economia, daí a importância dos mesmos serem formalizados e legalizados, a fim de beneficiarem do direito à bancarização e à Segurança Social.

Processo de aceleração

. O processo de transição dos operadores informais para formais está a ser desenvolvido em instalações fixadas no Mercado do km 30, com seis serviços disponíveis da administração pública.

Os mesmos procuram facilitar o acesso aos serviços públicos por parte dos operadores informais, casos de serviços municipais da Administração local, Guiché Único da Empresa, INAPEM, INSS, micro-crédito e solução de pagamentos digitais por telemóvel.

No mercado, a estimativa da ocupação informal prevista pelo Ministério da Economia e Planeamento é 15 mil, mas, actualmente, o processo de aceleração do programa de Reconversão da Economia Informal, lançado a 16 de Novembro, permitiu registar já perto de 14 mil operadores económicos.

Segundo informações avançadas pelo director Adriano Borja, a nível da administração, o serviço de emissão dos cartões de comerciantes, para vendedores de bancada ambulante e feirantes registou já um total de 380 acessos.

Outros resultados animadores no processo em curso foram obtidos a nível do Guiché Único da Empresa,

que emitiu, só esta semana, o registo de mais de 27 certidões comerciais. Em termos acumulados, de Janeiro a Outubro do presente ano, o GUE formalizou 14.402 microempresas e cooperativas, o que permite ter-se um número agregado de 14.536.

No caso da Administração Geral Tributária (AGT), foram emitidos e actualizados 72 números de identificação fiscal só nesta semana.

Desde o início da campanha até ao momento, o stock de emissões de NIF ronda os L505 processos actualizados e emitidos.

No caso do processo de Sociedade de Microcrédito, registaram-se 152 pedidos de créditos. No que toca à formação dos agentes no local, o INAPEM está a desenvolver actividades com mais de 130 operadores informais do mercado do km 30.

A nível da plataforma digital de pagamentos móveis, foram criadas e activadas mais seis contas e, desde o início da campanha, o stock é de 697 contas operacionais do Mobile Money.

"O sector da Segurança Social também inscreveu, nesta semana, mais três operadores informais no mercado do km 30, o que é uma mais-valia seja para os alvos como para o Governo", reconheceu Adriano Borja.

Quanto à Segurança Social, os números revelam uma tendência moderada, mas crescente. Desde o início da campanha, já foram inscritos no INSS 716 operadores informais.

O grupo empresarial brasileiro "Asperbras " prevê colocar no mercado angolano, cerca de 900 autocarros que serão usados no projecto de Transporte Urbano Regular de Passageiros (TURP), em várias províncias, numa parceria com o Governo.

Segundo informou o director Comercial do grupo, Claudmir Cellioni, dos 900 veículos, 175 autocarros já estão a funcionar nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Namibe.

O projecto engloba a construção do primeiro Terminal Inter-provincial, que está a ser instalado próximo ao Pavilhão Multiuso, na Centralidade do Kilamba, em Luanda. Explicou que as obras do projecto estão em curso desde Agosto deste ano, e que depois de concluído o Terminal Rodoviário Inter-provincial vai acomodar cerca de 196 passageiros por dia, com capacidade para transportar 5.880 passageiro por mês para as diferentes localidades do país.

No mesmo perímetro, está também a ser construído, desde Outubro, o novo Terminal de autocarros Urbanos, primeiro do país, que vai ocupar uma área de 4.331,57 metros quadrados, com uma área de cobertura de 225.46 metros.

Este projecto, terá capacidade para atender 400 viagens por mês, com cerca de 20 mil passageiros a serem transportados em diversos eixos.

Projectos em carteira

Está previsto ainda dentro do pacote dos planos futuros do grupo empresarial Asperbras, a construção do Terminal Rodoviário Inter-provincial de Huambo, que estará localizado próximo à estação Santa-Iria do Caminho-de-ferro de Benguela.

O moderno terminal terá uma área de 6.673 metros quadrados e numa área de cobertura de 1.204 metros quadrados com a capacidade para 11.2 passageiros por dia, e vai acomodar mais de 4.480 passageiros por mês.

Além dos terminais, a empresa investiu desde Outubro de 2019, um novo sistema integrado de «bilheteira.

Trata-se de um mecanismo integrado, a ser utilizado no transporte público que vai possibilitar o pagamento do valor das passagens de forma electrónica, onde serão utilizados dispositivos como cartões inteligentes ou similares, como acontece com o Bilhete Único do Brasil. Além disso, o sistema controla a arrecadação de dinheiro, valida as informações dos passageiros e auxilia na definição das políticas tarifárias.

2.4 BNA ameaça bancos com multas para impor crédito ao PRODESI

Jornal Economia e Finanças

17 De Dezembro de 2021

Texto: Faustino Diogo

No início do ano vários bancos comerciais queixaram-se de estarem a ser pressionados e ameaçados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), através de cartas e emails, para que cumprissem o mínimo de créditos exigidos no Aviso 10/2020, sob pena de serem penalizadas com multas, agravadas no caso de reincidência.

Este foi o 'tema quente' no arranque de 2021, com o Expansão a dar conta do braço-de-ferro entre o banco central e os banqueiros, que assumiram preferir pagar as multas que podiam ir até ao máximo de 150 milhões Kz em vez de arriscar os depósitos

dos clientes em financiamentos que representam riscos de incumprimento.

"Serão consideradas agravantes as situações de reincidência", dizia um dos emails a que o Expansão teve acesso, no qual o BNA recorda que o cumprimento do aviso é de "carácter obrigatório" e onde indica que o número de novos créditos financiados era muito reduzido. Nessa comunicação, o BNA alertava também que cabe ao banco central aplicar as respectivas multas.

É por este tipo de comunicações que vários banqueiros e administradores de bancos revelaram ao Expansão estarem perplexos com esta imposição para aumentar o financiamento, por via deste aviso que representava na altura já 80% dos financiamentos do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). Na altura, os banqueiros alertavam também que esta imposição ultrapassava os limites de independência do banco central face ao poder político, o que não cai bem em instituições internacionais como

FMI ou o Banco Mundial.

De acordo com as fontes, estas comunicações aceleraram com a entrada em vigor do instrutivo n.º 21/2020, de 23 de Dezembro, que determina um novo prazo para o cumprimento das metas de crédito previstas no Aviso n.º 10/2020. Os bancos cujos activos eram superiores a 1.500 milhões Kz estavam obrigados a financiarem um mínimo de 50 projectos ao abrigo do aviso (só BAI e' BFA).

Já os bancos mais pequenos tinham que conceder 20 créditos. Como a maior parte dos bancos não cumpriram essas imposições até final de 2020, o banco central concedeu um alargamento do prazo até 30 de Abril. Só que os bancos continuavam a ser avessos à concessão de crédito, com a maioria deles a apontar a fraca qualidade dos projectos submetidos ou a falta de garantias dos empresários.

Na altura, vários administradores dos bancos consultados pelo Expansão manifestaram-se contra a medida do regulador. É o caso, por exemplo, de uma fonte do Banco de Fomento Angola (BFA) que considerou a medida do regulador como "invasiva",

Por sua vez, o economista Rúben Ramos considera que a decisão do banco central é "insustentável e dissociada de um fundamento lógico". Na opinião do também analista dos mercados financeiros, os bancos captam depósitos com o objectivo de transformá-los em crédito para a economia, mas a conjuntura macroeconómica nacional impôs inúmeros desafios

às instituições que lidam há demasiados anos com problemas criados pelo mal parado na economia.

2.5 Antigos vendedores informais recebem crédito bancário

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2021

Texto: Paulo Mulaça

Os antigos vendedores informais dos mercados de Luanda, registados, nos últimos meses, no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), vão beneficiar de créditos para reforço dos negócios, num montante de até seis milhões de kwanzas, a partir da segunda metade de Janeiro de 2022.

Esta informação foi avançada pelo director do Gabinete para a Política e População do Ministério da Economia e Planeamento, Adriano Celso Borja, durante o habitual briefing bissemanal, realizado, ontem, na sala de imprensa "Carlos Rocha Dilolwa", no edifício CIF 2, na capital do país.

Dados do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) revelados pelo director Adriano Borja fixam em 44.043 os empreendedores já inscritos, contra os 41 mil da semana passada. A subida é de mais de três mil num espaço de sete dias. Conforme adiantou, neste momento, os ex-vendedores informais, agora formalizados, e que preenchem os requisitos exigidos vão poder receber apoios para capitalizar os negócios.

Até ontem, disse, estavam registados 2.687 pedidos entre quitadeiras de bancada e sem bancada, zungueiras e comerciantes que vendem à volta dos mercados, os quais manifestaram interesse em aceder aos montantes disponíveis, como forma de capitalizar o negócio.

Embora tenha iniciado em 2019, nos dois últimos meses, o PREI ganhou maior impulso, fixando um "estado-maior" nos mercados do km 30 e do Luanda-Sul, prevendo-se chegar ao do Zango, até final de Janeiro, no fecho da campanha do município de Viana. Depois, muda-se para o Cazenga e noutros municípios da capital.

Em termos globais, só a nível dos mercados informais, o PREI formalizou um total de 27.264 comerciantes, dos quais 17.992 dos registos decorreram nos mercados abastecedores do km 30 e do Mercado Municipal do Luanda-Sul.

3. MERCADO INFORMA

3.1 Mais 7,8% mil milhões kz para reabilitar mercados e avenidas

Jornal Expansão

3 De Dezembro de 2021

Texto: Miguel Gomes

Uma série de decretos presidenciais, publicados no dia 22 de Novembro, autorizam novas contratações simplificadas para a execução de diversas obras na província de Luanda, que incluem a construção e reabilitação dos mercados do Kikolo, Congolenses e São Paulo.

As obras previstas no Decreto Presidencial 199/21 dizem respeito à construção do mercado do Kikolo por 2.174 milhões kz e à reabilitação e ampliação dos mercados dos Congolenses por 2.259 milhões kz e de São Paulo por 2.344 de milhões kz. O investimento público nos três referidos mercados atinge os 6.777 milhões kz, cerca de 12 milhões USD.

Em relação à iluminação pública, o Decreto Presidencial 196/21 autoriza a celebração de contratos de prestação de serviços de "reabilitação das redes de iluminação pública" em vários eixos tradicionais da cidade de Luanda.

O primeiro lote, avaliado em 44 milhões kz (inclui serviços de manutenção durante seis meses), diz respeito à ligação entre o Kinaxixi, Largo do Ambiente e Ministério do Interior, na baixa de Luanda, e ao eixo entre a Sagrada Família, Largo do 10 de Maio e Combatentes.

A segunda intervenção nas redes de iluminação pública da capital visa a Rua da Samba desde o Viaduto Nzamba 2 até à UGP, Rua 21 de Janeiro do BIC até ao viaduto do aeroporto internacional e Avenida Pedro Castro Van Dúnem "Loy" desde a UGP até à Shoprite do PaIanca. As obras têm um orçamento de 340 milhões kz que também inclui serviços de manutenção (apenas durante seis meses).

A Ilha de Luanda, a Marginal (Avenida 4 de Fevereiro) e as ruas Broz Tito e Cónego Manuel das Neves vão receber obras de reabilitação e manutenção garantida durante um ano (com duas intervenções semestrais). As obras estão avaliadas em 40 milhões kz.

A terceira intervenção na iluminação pública está focada na Avenida Hoji ya Henda (antiga Avenida Brasil) entre o Estádio da Cidadela e Avenida De

Portugal, rua Cirilo da Conceição e rua do SIAC, rua entre a Casa dos Frescos e supermercado Candando, no município de Talatona, por 120 milhões kz.

O quarto e maior pacote de obras serão encaminhados para a reabilitação dos circuitos de iluminação pública nas avenidas do 10 Congresso do MPLA, Ho Chi Minh, Deolinda Rodrigues, Revolução de Outubro, Manuel Van Dúnem e Amílcar Cabral P9r 433 milhões kz (com manutenção assegurada durante seis meses).

Este conjunto de obras públicas tem um custo total de 7.752 milhões kz, cerca de 14 milhões USD.

Os mercados dos Congolenses e do São Paulo foram reabilitados, pela última vez, em 2007. Segundo a Angop, a reabilitação e ampliação dos referidos empreendimentos, cujo investimento não foi revelado na altura, foi uma iniciativa do Governo Provincial de Luanda no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) para o biénio 2006/2007.

Energia chega ao Mussulo?

No mesmo dia 22 de Novembro, o Decreto Presidencial 197/21 indica a empresa de origem turca Usluel Energy para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, económica, ambiental e social para a "electrificação da Ilha do Mussulo". O documento oficial não faz referência aos custos associados.

Segundo o site da empresa, o Grupo Usluel actua nos sectores de engenharia, telecomunicações, infra estruturas de transporte, urbanismo e construção civil.

A actividade do grupo está estruturada em três grandes áreas: energia e sistemas ferroviários, telecomunicações e desenvolvimento e investimentos terrestres.

Com sede em Ancara, capital política da Turquia, o Grupo Usluel tem escritórios em Istambul (principal centro económico da Turquia), Nova Iorque (EUA), Afeganistão e Iraque.

3.2 Jovens beneficiam de kits de trabalho

Jornal de Angola

9 DE Dezembro de 2021

Texto: Daniel Benjamim

Um grupo de 153 jovens do município de Camanongue, província do Moxico, está em condições de criar pequenas empresas de prestação de serviços, depois de beneficiar de kits de agricultura, cabeleireira, canalização, carpintaria, corte e costura, culinária, electricidade, ladrilho, pedreira, serralharia, pintura e soldadura, no âmbito do Plano de Apoio e Promoção da Empregabilidade (PAPE).

O vice-governador para a Esfera Política, Económica e Social, Victor da Silva, garantiu, quarta-feira (8), que jovens de outros municípios da província, também, vão ser contemplados, para melhorar a qualidade de vida das suas famílias.

Segundo Victor da Silva, o Executivo disponibilizou 400 kits contra os 300 anteriores, para que os jovens contribuam nas acções de combate à fome, redução da pobreza e do desemprego

A segunda fase do programa de entrega de kits, referiu, já beneficiou 828 jovens, nos municípios do Moxico, Leua, Luau e Camanongue.

Acrescentou que o PAPE visa fomentar e apoiar o espírito de iniciativa dos jovens empreendedores, fundamentalmente das mulheres, valorizando o exercício das profissões. Honesto Muyombo, um dos beneficiários, visivelmente satisfeito, disse estar pronto para criar uma pequena empresa de prestação de serviços e garantir postos de trabalho para outros jovens.

3.3 Denunciemos a pesca ilegal

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2021

A pesca ilegal é uma realidade em todo o mundo e sobretudo manifesta e presente ali onde as condições de fiscalização dos mares, onde o controlo das zonas costeiras e a tomada de medidas por parte das autoridades dos países visados ou vítimas sejam deficientes ou inexistentes.

As redes de pesca ilegal, algumas patrocinadas directamente por alguns Estados, obviamente, que exploram aqueles mares de países de baixa ou média rendam, com fragilidades acentuadas relativamente ao controlo das suas águas marítimas.

A pesca ilegal é um mal cancerígeno dos mares africanos e se não houver coragem política por parte das elites, se não houver decisão ao mais alto nível para que os indícios de corrupção, tráfico de influência e outros males que, muitas vezes, levam as elites africanas a alinharem-se aos estrangeiros predadores dos recursos, obviamente que continuaremos com as mesmas lamentações.

As informações vindas do Namibe sobre os alegados "níveis assustadores" da pesca ilegal devem ser levadas a sério, devidamente investigadas e identificados os entes, nacionais, estrangeiros ou ambos combinados, que estejam por detrás da violação da costa marítima trata-se de informações gravíssimas que, sem qualquer exagero, devem ser enquadradas nos actos de violação da soberania angolana, de invasão e atentado contra a segurança do Estado de que fazemos parte todos.

Segundo as informações veiculadas pelo Jornal de Angola, na sua edição de ontem, em que é mencionada a vice-governadora do Namibe para o Sector Público, Carla Tavares, tem a ver com a chamada pesca de arrasto, protagonizada dentro das águas marítimas angolanas.

Na verdade, não é a primeira vez que ocorrem denúncias das referidas actividades nos mares angolanos, na medida em que numerosas revelações, de tempos em tempos, têm sido feitas, mas curiosamente sem que as partes violadoras, se uma ou várias, se as mesmas ou distintas, tenham sido efectivamente identificadas. É difícil perceber que tenhamos informações sobre os supostos "níveis assustadores" da pesca ilegal sem que haja um mínimo de indício revelador dos protagonistas, nacionalidades ou empresas.

É verdade que Angola está condicionada pela exiguidade de meios, acrescidos de falta de técnicos qualificados, no caso do Namibe, como se disse, para tripular as embarcações de fiscalização, mas não se pode dizer que se está desprovido inclusive do mínimo necessário e possível para uma rápida identificação dos entes por detrás da pesca ilegal. Ou há receio em revelar-se as nacionalidades dos entes, as origens das embarcações e as eventuais conexões com angolanos nesta grave violação das águas marítimas?

Não podemos continuamente, nem parece que seja honestamente recomendável, falarmos de pesca ilegal nos nossos mares sem que saibamos de onde partem as embarcações, quer de nacionais, quer de estrangeiros, que desempenham tais ilegalidades.

É preciso coragem para se apontar o dedo, não importa de quem se trate e que as autoridades angolanas devam, como se espera em qualquer parte do mundo, continuar a impor o respeito pela soberania das nossas águas marítimas.

3.4 Mais de 40 mil agentes deixam economia informal

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2021

Texto: Ana Paulo

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) legalizou, de 2020 até ao início deste mês, um total de 41.237 agentes económicos, segundo dados avançados, terça-feira (14), em Luanda, pelo director de Gabinete para a Política de População do Ministério da Economia e Planeamento.

Adriano Celso Borja explicou que a meta desta iniciativa do Governo era de trazer ao circuito formal, até final de 2022, dois mil agentes formalizados. Foi previsto 500 para 2020; 1000 para 2021 e outros 500 para o ano de 2022. Os números actuais revelam uma taxa de cumprimento superior a prevista, em mais de 900 por cento.

Segundo Adriano Celso Borja, que foi, ontem, ao habitual briefing bissemanal, o balanço das actividades do sector sobre o PREI evidencia um resultado acima do descrito graças ao empenho das instituições parceiras, que tudo fizeram para que o mesmo se tornasse realidade. Outro impulso significativo no processo é a dinamização do PREI no "Mercado do km 30", uma experiência piloto, lançada no mês passado, e com duração prevista de nove meses a nível nacional.

A título de exemplo, esclareceu Adriano Celso Borja, do número geral de formalizados, cerca de 18 mil foram realizados em Abril de 2020 pela Administração do Território a nível de algumas províncias do país, cerca de 14 mil realizados pelo Guiché Único de Empresa, mais de dois mil formalizados ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, do Alívio Económico, e, actualmente, com o processo de aceleração no Mercado do 30, estão já formalizados mais outros seis mil agentes.

Fruto do empenho e dedicação da comissão multisectorial, a meta foi superada acima do previsto", realçou Adriano Celso Borja, que defendeu os comerciantes do mercado informal como os que mais movimentam a economia, daí a importância dos mesmos serem formalizados e

legalizados, a fim de beneficiarem do direito à bancarização e à Segurança Social.

Processo de aceleração do registo de vendedores dos mercados

O processo de transição dos operadores informais para formais está a ser desenvolvido em instalações fixadas no Mercado do Km 30, com seis serviços disponíveis da administração pública.

Os mesmos procuram facilitar o acesso aos serviços públicos por parte dos operadores informais, casos de serviços municipais da Administração local, Guiché Único da Empresa, INAPEM, INSS, Microcrédito e solução de pagamentos digitais por telemóvel.

No mercado, a estimativa da ocupação informal prevista pelo Ministério da Economia e Planeamento é de 15 mil, mas, actualmente, o processo de aceleração do programa de Reconversão da Economia Informal, lançado a 16 de Novembro, permitiu registar perto de 14 mil operadores económicos.

Segundo informações avançadas pelo director Adriano Celso Borja, a nível da administração, o serviço de emissão dos cartões de comerciantes, para vendedores de bancada ambulante e feirantes registou já um total de 380 acessos.

Outros resultados animadores no processo em curso foram obtidos a nível do Guiché Único da Empresa, que emitiu, só esta semana, o registo de mais de 27 certidões comerciais. Em termos acumulados, de Janeiro a Outubro do presente ano, o GUE formalizou 14.402 microempresas e cooperativas, o que permite ter-se um número agregado de 14.536. No caso da Administração Geral Tributária (AGT), foram emitidos e actualizados 72 números de identificação fiscal só nesta semana. Desde o início da campanha até ao momento, o stock de emissões de NIF ronda os 1.505 processos actualizados e emitidos.

No caso do processo de Sociedade de Microcrédito, registaram-se 152 pedidos de créditos. No que toca à formação dos agentes no local, o INAPEM está a desenvolver actividades com mais de 130 operadores informais do mercado do Km 30. A nível da plataforma digital de pagamentos móveis, foram criadas e activadas mais seis contas e, desde o início da campanha, o stock é de 697 contas operacionais do Mobile Money.

"O sector da Segurança Social também inscreveu, nesta semana, mais três operadores informais no mercado do km 30, o que é uma mais-valia seja para

os alvos como para o Governo", reconheceu Adriano Celso Borja.

Quanto à Segurança Social, os números revelam uma tendência moderada, mas crescente. Desde o início da campanha, já foram inscritos no INSS 716 operadores informais.

"O processo é o motor para fortalecer a estatística do PREI e permitirá que a transição da ocupação informal do país seja feita de forma mais rápida e consistente", concluiu.

3.5 A economia informal

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2021

Os níveis de informalidade da economia angolana são ainda preocupantes na medida em que os números continuam a fazer referência à elevada franja da população, aquela economicamente activa, que continua a operar sem os formalismos esperados; Trata-se de desafios gigantescos na medida em que, como se constata um pouco por todo o país, persiste a tendência de, cada vez mais, operadores "fugirem" ao conjunto de regras e procedimentos que formalizam os seus negócios. A ideia de permanecer no informal parece agradar a muitos, motivados pela cultura do imediatismo, de lucros desprovidos de todo e qualquer tipo de e da liberdade irrestrita de fazer negócios.

Há também, da parte de numerosos agentes económicos que preferem alinhar com as instituições do Estado, nos esforços que faz para reduzir significativamente os níveis de informalidade na economia, sentido de compromisso e de responsabilidade social.

Em tempos, muita gente deve ter ficado de alguma forma escandalizada com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), quando tinha avançado que 80 por cento do mercado de trabalho era absorvido pela informalidade. A referida realidade pressupunha, provavelmente ainda hoje subentende, contando que a referida realidade não tenha mudado substancialmente, que o Estado tem incorrido em elevadas perdas fiscais.

Segundo alguns especialistas "a produtividade do trabalho informal normalmente é inferior à do trabalho formal e com a referida realidade a economia não cresce de forma sustentável", um facto sobre o qual precisamos de reflectir seriamente.

Felizmente, está em curso no país o processo de transição dos operadores informais para formais, um

passo importante para proporcionar à economia angolana níveis sólidos de crescimento, sustentabilidade, estabilidade das actividades, entre outras variáveis.

Há dias, tomámos conhecimento que o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) legalizou, desde o ano passado até ao início deste mês, um total de 41.237 agentes económicos. Acreditamos que se as instituições do Estado forem bem sucedidas nas iniciativas que desenvolvem no sentido de erradicar a condição de agentes informais da economia em que se encontram ainda numerosos operadores, não há dúvidas de que quem sairá a ganhar é o Estado, as famílias e as instituições. Acreditamos que cabe às instituições do Estado continuarem a apostar nos agentes económicos indecisos, não exaustivamente desconhecidos das vantagens decorrentes do funcionamento formal dentro da economia para que adiram sem reservas.

Podemos não ter todas as condições criadas para um funcionamento pleno dos nossos agentes económicos, estritamente em função das leis e regulamentos, mas precisamos que as nossas instituições continuem a desencorajar todos os que se sentem tentados a enveredar pela via informal.

3.6 Dois em cada em três postos de trabalho criados este ano foram para a informalidade

Jornal Economia e Finanças

17 De Dezembro de 2021

Texto; Joel Costa

A população empregada subiu 5,3% para 10.715.234 nos primeiros seis meses do ano, um aumento de 540.775 pessoas em que apenas 33% dos trabalhadores foram para o mercado formal, segundo cálculos do Expansão com base no inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre empregos e Angola

Em Agosto o Expansão avançou que, depois de cinco recessões económicas consecutivas, a economia angolana voltou a criar postos de trabalho formais, um total de 177.421 entre Dezembro de 2020 e Junho de . Por outro lado, 363.354 pessoas não tiveram alternativa a não ser o mercado informal que acaba por ser a única solução que os angolanos têm para garantir o sustento das famílias. Na prática, Angola tem sido cada vez mais um país de biscates já que oito em cada 10 trabalhadores estão no mercado informal.

Nos primeiros seis meses, a população economicamente activa cresceu 4,3% para 15.675.396, ou seja, mais 643.569 pessoas. Ao todo, no final do I semestre deste ano, 1.697.700 pessoas estavam em inactividade (não estavam empregadas ou desempregadas) e 61% dessas pessoas, equivalente a 1.033.360, eram jovens entre os 15 e os 24 anos.

No primeiro semestre, a população desempregada cresceu 2,1 % para 4.960.162 pessoas (+102.794), com a taxa de desemprego no final de Junho a atingir os 31,6%. A teoria económica diz-nos que quando o ciclo de crescimento económico está abaixo do crescimento da população um país está a criar pobres. E este é um cenário muito actual em Angola. Já que o país está em recessão desde 2016 e com taxas de crescimento da população na Ordem dos 3% ao ano.

"É imperioso partir do princípio de que mesmo no pico da crise a economia não deixou de criar em alguns sectores. O problema era, e continua a ser, que esses empregos não são suficientes para mudar o cenário actual.

Com o início das campanhas de vacinação verifica-se em quase todos os países a criação de novos postos de trabalho, em Angola não é diferente", revelou, na altura, o investigador económico Fernandes Wanda.

Wanda adianta que a crueldade dos números demonstra que a pobreza não pára de aumentar em Angola e que a única solução para muitos angolanos continua a ser o biscate. "87,7% das 642.667 pessoas agora empregadas em Angola trabalham por conta própria. Ora bem, tendo em atenção que o relatório de Desenvolvimento Mundial elaborado pelo Banco Mundial, em 2013, e dedicado ao emprego, indica que à medida que os países enriquecem o auto emprego diminui, esse aumento reportado pelo INE apenas reflecte o aumento da pobreza. O que força as pessoas a trabalharem cada vez mais por conta própria", revela.

Os jovens são os mais afectados pelo desemprego

Segundo os dados do INE, é precisamente nas camadas mais jovens, precisamente nas idades entre os 15 e 24 anos, os que mais recorrem ao emprego informal. Até ao final do I semestre, 92,5% dos jovens empregados desta faixa etária trabalhavam no mercado informal.

A taxa de desemprego na área urbana é quase três vezes superior à da área rural e incide mais nas mulheres que nos homens.

As estruturas dos empregos por actividade económica mantêm-se. O sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca)

absorve mais de metade da população empregada (55,3%).

No segundo trimestre de 2021, 79,7% da população empregada empregos informais. Estes, na sua maioria, são trabalhadores por conta própria sem trabalhador e trabalhadores familiares sem remuneração (38,6% e 37,6% respectivamente).

3.7 Antigos vendedores informais recebem crédito bancário

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2021

Texto: Paulo Mulaça

Os antigos vendedores informais dos mercados de Luanda, registados, nos últimos meses, no quadro do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), vão beneficiar de créditos para reforço dos negócios, num montante de até seis milhões de kwanzas, a partir da segunda metade de Janeiro de 2022.

Esta informação foi avançada pelo director do Gabinete para a Política e População do Ministério da Economia e Planeamento, Adriano Celso Borja, durante o habitual briefing bissemanal, realizado, ontem, na sala de imprensa "Carlos Rocha Dilolwa", no edifício CIF 2, na capital do país.

Dados do Ministério da Economia e Planeamento (MEP) revelados pelo director Adriano Borja fixam em 44.043 os empreendedores já inscritos, contra os 41 mil da semana passada. A subida é de mais de três mil num espaço de sete dias. Conforme adiantou, neste momento, os ex-vendedores informais, agora formalizados, e que preenchem os requisitos exigidos vão poder receber apoios para capitalizar os negócios.

Até ontem, disse, estavam registados 2.687 pedidos entre quitandeiras de bancada e sem bancada, zungueiras e comerciantes que vendem à volta dos mercados, os quais manifestaram interesse em aceder aos montantes disponíveis, como forma de capitalizar o negócio.

Embora tenha iniciado em 2019, nos dois últimos meses, o PREI ganhou maior impulso, fixando um "estado-maior" nos mercados do km 30 e do Luanda-Sul, prevendo-se chegar ao do Zango, até final de Janeiro, no fecho da campanha do município de Viana. Depois, muda-se para o Cazenga e noutros municípios da capital.

Em termos globais, só a nível dos mercados informais, o PREI formalizou um total de 27.264

comerciantes, dos quais 17.992 dos registos decorreram nos mercados abastecedores do km 30 e do Mercado Municipal do Luanda-Sul.

3.8 Mulheres vendedoras de Cambambe recebem kits profissionais

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2021

Texto: Marcelo Manuel

No município de Cambambe, província de Cuanza-Norte, um total de 22 ex-militares e 15 vendedoras ambulantes, vulgo “zungueiras”, também, foram contemplados, nesta quarta-feira, no Dondo, com diversos kits de trabalho para o fomento do auto emprego.

Sob iniciativa da Administração Municipal de Cambambe, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza permitiu contemplar os ex-militares com meios de trabalho para intervirem na agricultura, pesca fluvial, serralharia e comércio, enquanto as mulheres receberam instrumentos de venda ambulante e mais 25 mil kwanzas, para a criação do negócio próprio.

Durante a cerimónia de entrega, o administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo, referiu que o acto traduz a vontade do Executivo no combate à pobreza e na criação de parcerias, com o propósito de encontrar soluções diversificadas para a promoção ocupacional de ex-militares e famílias carentes.

Durante o acto, foram, também, entregues 150 cestas básicas a igual número de famílias, com o objectivo de suprir algumas necessidades alimentares, durante a quadra festiva.

3.9 “O empreendedor nacional é resiliente”

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2021

Texto: Kílsia Ferreira

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) controla, desde 2012, um total de 26.914 empresas, empreendedores e cooperativas, sendo 21.236 micro, 2.906 pequenos e 2.772 médios negócios.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola pela administradora para o Programa de Facilitação e Financiamento do INAPEM, Joffrana Xavier,

durante uma entrevista, solicitada por este jornal no decurso da 36ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA). Na entrevista, Joffrana Xavier, economista de formação, destacou que, “embora empreender em meio à crise gerada pela pandemia seja um desafio considerável, o empreendedor nacional é resiliente e continua a mostrar que, apesar das dificuldades, a criatividade e a desenvoltura andam em alta”. Criado em Agosto de 1992, o INAPEM apoia os empreendedores na profissionalização do seu negócio, contribuindo, assim, para o aumento da sua competitividade e da capacidade para gerar emprego e aceder a soluções de financiamento

O Executivo lançou, recentemente, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), para colocar na economia formal cerca de duas mil microempresas. O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) está a participar no referido programa? Se estiver, pode dizer-nos qual é a missão específica que está a desempenhar?

Sim, o INAPEM desempenha um papel activo na materialização das metas plasmadas no PREI. Deste modo, com enfoque no processo de formalização da microactividade económica, o apoio prestado pelo INAPEM aos agentes independentes, micro e pequenas empresas, tem-se cingido na remoção dos constrangimentos inerentes à constituição empresarial e licenciamento da actividade económica.

Já é possível fazer um pré-balanço, referente a 2021, das actividades do INAPEM em todo o país?

Antes de mais, importa realçar que a crise sanitária causada pela Covid-19 trouxe consigo uma profunda recessão económica, que tem características globais e que afectou profundamente as actividades do INAPEM a nível nacional. No entanto, consideramos positivo o balanço do nosso desempenho, pois a crise acima referida permitiu-nos identificar oportunidades estratégicas, latentes nas adversidades, e valorizar, de forma sustentável, as potencialidades dos nossos recursos nas 18 províncias do país, permitindo, assim, continuar com o nosso compromisso de fomento ao desenvolvimento da actividade económica nacional.

O INAPEM, quando foi criado, desempenhou um papel expressivo, impulsionando e incentivando o surgimento de micro, pequenas e médias empresas em todo o país. Também é verdade que o instituto viveu um período de letargia. Que INAPEM temos hoje em dia?

Relevantes para a economia nacional sob diversos aspectos, as MPME’s (micro, pequenas e médias

empresas) nacionais deparam-se com uma série de desafios para superar barreiras à elevação de seus níveis de competitividade. Deste modo, o INAPEM surge como um parceiro estratégico público, responsável pela operacionalização de políticas de fomento empresarial.

Que mensagem faz passar o INAPEM em eventos como a Feira Internacional de Luanda (FILDA)?

A participação em eventos como a FILDA constitui uma oportunidade valiosa para a divulgação dos vários serviços de apoio e promoção empresarial prestados pelo INAPEM. Deste modo, o INAPEM visa ir ao encontro dos seus clientes, presentes e futuros, para juntos trabalharem em prol do crescimento da economia nacional, através das MPME's.

Quando o INAPEM foi criado, Angola ainda estava à procura de uma estabilidade política, para poder impulsionar a reactivação da economia e a reconstrução nacional. No novo contexto, de paz efectiva, qual é o paradigma de actuação do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas?

O INAPEM trabalha, desde a sua criação, na implementação das políticas definidas pelo Executivo conducentes a melhorar a produtividade, qualidade e competitividade das MPME's do país. A ferramenta essencial do INAPEM neste desafio é o seu estatuto de interlocutor privilegiado do Estado na concertação e diálogo institucional com entes públicos e privados com um papel de destaque no exercício da actividade económica.

O Executivo informou, no lançamento do Programa de Reconversão da Economia Informal, que espera tirar da informalidade duas mil microempresas. O número de microempresas que ainda estão na economia informal não deve ser maior que o número avançado pelo Executivo?

A liberalização da economia nacional suscitou a criação de micro e pequenos negócios informais, absorvendo homens e mulheres que buscavam o seu sustento. Entretanto, a informalidade passou a ocupar uma porção do sector terciário da economia, nomeadamente nos segmentos de comércio de bens alimentares, bens industriais, vestuário, prestação de serviços mercantis, profissionais liberais, etc. Não obstante o INAPEM, por força das suas atribuições, acompanhar de perto o sector informal, importa lembrar que existe um órgão responsável por produzir informação estatística oficial, incluindo sobre o índice de informalidade na economia nacional.

Os países do primeiro mundo têm uma economia robusta devido também ao contributo do micro, pequenas e médias empresas que, além disso, têm sido uma fonte expressiva de recrutamento de mão-de-obra. Gostaria de ouvir a sua opinião.

Isto é um facto, daí a preocupação do INAPEM em inverter este quadro por via das suas parcerias institucionais com entes multisectoriais dos sectores públicos e privados de maneira a criar um ecossistema que permita às MPMEs contribuírem, de forma significativa, no PIB, assim como na geração de emprego e de riqueza.

O INAPEM tem procurado, no estrangeiro, as melhores experiências para serem replicadas em Angola?

Sim, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados, o INAPEM tem cooperado com as suas congéneres de Portugal e do Brasil e com instituições intergovernamentais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) na troca de conhecimento, metodologias, ferramentas, projectos e programas de fomento ao empreendedorismo, com destaque para as MPME's.

Qual é o número de micro, pequenas e médias empresas controlado pelo Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas? De 2012 a 2021, temos um total de 26.914 empresas, empreendedores e cooperativos certificados, sendo 21.236 micro, 2.906 pequenos e 2.772 médios negócios.

Pode revelar-nos, caso tenha esse dado, o volume de créditos concedidos este ano pelos bancos comerciais às micro, pequenas e médias empresas?

Considerando 2021 como ano de análise à concessão de crédito via instituições financeiras bancárias, no período em destaque, foram concedidos 188 novos créditos, dos quais 101 dizem respeito a empresas e 87 a cooperativas.

O INAPEM não defende o surgimento de um banco comercial para atender apenas às micro, pequenas e médias empresas?

Nos passados 20 anos surgiu uma multitude de soluções de financiamento às MAMES, desde instituições financeiras bancárias e não bancárias, fundos de investimento e linhas de financiamento. Para o INAPEM, esta variedade de soluções apresenta várias vantagens que vão além do banco comercial para MPME's, tais como uma oferta de produtos e serviços mais competitiva, uma maior

abrangência no acesso a microcrédito, entre outros produtos de inclusão financeira.

Angola precisa de empreendedores visionários, inovadores e que façam a diferença. Qual é o perfil do empreendedor angolano?

Embora empreender em meio à crise gerada pela pandemia seja um desafio considerável, o empreendedor nacional é resiliente e continua mostrando que, apesar das dificuldades, a criatividade e a desenvoltura andam em alta. Esta força de vontade e criatividade ajudam a colmatar défices de conhecimento, tanto de boas práticas de gestão e empreendedorismo, como dos recursos públicos e privados de apoio ao desenvolvimento da sua actividade. Daí surge o INAPEM, que, através dos seus serviços, apoia os empreendedores na profissionalização do seu negócio, contribuindo assim para o aumento da sua competitividade e da sua capacidade para gerar emprego, bem como de aceder a soluções de financiamento.

crédito solicitado e concedido, actos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), certificação e capacitação pelo Instituto Nacional das Micro Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Contribuíram ainda para o sucesso os actos da Administração Geral Tributária (AGT), actos dos Serviços da Administração Local e Registo das Brigadas Móveis. "A perspectiva é de expandir o PREI até Abril de 2022, de forma a atingir os 55 mil empreendedores em todo o território nacional e assegurar a activação de 50 mil contas no sistema de pagamentos digitais por telemóveis".

3.10 Mais de 40 mil micro empresas formalizadas

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2021
Texto: Hélder Jeremias

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) permitiu a formalização de 43 800 micro empresas, o que se traduz num grau de execução de 2 190 por cento em relação à meta preestabelecida de apenas duas mil na altura do seu lançamento.

Segundo o director do Gabinete de Política para População do Ministério da Economia, Celso Borja, os resultados começaram por superar todas as expectativas a partir de 2020, ano do arranque do programa, quando já havia registos sobre a formalização de 1 328 micro empresas, com os números a subirem de forma exponencial no presente ano para 42 472 micro empresas.

O sucesso da empreitada, segundo Celso Borja, deve-se à Convenção de Apoio Orçamental da União Europeia, tendo viabilizado a criação da base de dados automatizada de registo da ocupação informal, cuja execução está concluída a 100 por cento, o trabalho incansável dos técnicos escalados nos mercados municipais de Luanda e a adesão de usuários nas plataformas digitais. O responsável informou que no mercado do 30 foram formalizados 7 479 micro empresas, 1 433 no Luanda Sul e 18 802 nos demais mercados, num exercício marcado pela activação do mobile money (172 433 utentes), micro

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 FACRA, um caso paradigmático e longe dos objectivos anunciados

Jornal Expansão

3 De Dezembro de 2021

A história do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FA- CRA), criado oficialmente em 2012 para financiar as pequenas e médias empresas, é paradigmática relativamente à opacidade e falta de transparência, realidade que impediu o fundo de cumprir os seus objectivos.

Durante a apresentação pública do FACRA, no dia 9 de Agosto de 2012, o antigo ministro da Economia e ex-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Abraão Gourgel, prometia que o "impacto positivo do FACRA vai resultar num crescimento de mais de 10 mil milhões no Produto Interno Bruto (PIE) e na criação de mais de 500 mil novos empregos, diversificando a economia".

Só que a Conta Geral do Estado conta uma história completamente diferente. No exercício de 2017, por exemplo, o FACRA aprovou apenas dois projectos de investimento no valor global de 186 milhões Kz, um para o sector agrícola e outro para o sector da indústria.

No mesmo exercício, o FACRA "realizou pagamentos em remunerações dos órgãos sociais, despesas em publicidade e propaganda, consultoria e auditorias no valor de 1.561 milhões kz", um valor quase dez vezes superior aos financiamentos aprovados segundo a Conta Geral do Estado de 2017.

No exercício de 2018 foram recebidos seis projectos de investimento, tendo sido todos aprovados pelo FACRA. Em 2019, já num período de transição e reformulação do fundo, não foram aprovados novos financiamentos.

O mesmo aconteceu em 2020, quando o FACRA gerou "entradas de recursos na ordem dos 140 milhões kz, provenientes de obrigações no valor de 112 milhões kz, depósitos a prazo no valor de 28 milhões kz e outros proveitos no valor de 19 mil kz. O FACRA realizou despesas diversas relativas a

custos com o pessoal e outros custos e perdas operacionais no valor de 357 milhões kz, resultando num saldo final acumulado de 2,1 mil milhões kz", explica a Conta Geral do Estado 2020.

Depois ter sido criado, a gestão do FACRA foi rapidamente e sem concurso público - entregue à equipa de Jean-Claude Morais Bastos, antigo parceiro de José Filomeno dos Santos "Zenu" (ex-PCA do FSDEA Fundo Soberano de Angola) em inúmeros negócios e principal rosto do Banco kwanza, entretanto defenestrado pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Outra situação que não abona a favor do FACRA está no facto de contar até ao momento com dois sites activos (facara-angola e facra.org), sendo que um deles mantém as fotografias e todas as informações associadas à gestão de Jean-Claude Bastos de Morais, que chegou a estar detido entre Setembro de 2018 e Março de 2019, suspeito de associação criminosa, recebimento indevido de vantagem, corrupção e participação económica em negócios. Foi libertado mediante um acordo de devolução de 3 mil milhões USD do Fundo Soberano de Angola que estavam sob sua gestão directa.

4.2 Fundos para financiar a diversificação da economia vivem na escuridão

Jornal Expansão

3 De Dezembro de 2021

Texto: Miguel Gomes

A Conta Geral do Estado 2020 indica que o País possui actualmente 16 fundos públicos contabilizando a Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior e a Caixa Social das Forças Armadas Angolanas, que têm um cariz diferente dos restantes.

Contrariamente ao que afirmam as boas práticas de gestão e a necessidade de mostrar aos cidadãos onde são aplicados os recursos públicos, estas entidades não divulgam publicamente os seus relatórios e contas - a única excepção é o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) - e algumas apresentam mesmo um histórico de relações conflituosas ou suspeitas, como é o caso do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) e as parcerias firmadas com o Banco kwanza, que geriu o fundo até Abril de 2019, e as diferentes sociedades conectadas a José Filomeno dos Santos "Zenu" e Jean Claude Morais Bastos.

As únicas informações concretas sobre a gestão dos fundos públicos surgem na Conta Geral do Estado e

em Diário da República (para os actos administrativos). Sem grande pormenor, apenas são divulgadas receitas, despesas e saldos finais. Não são publicitadas auditorias independentes, nem relatórios de actividades que permitam monitorizar os projectos financiados ou apoiados pelas referidas entidades.

Mesmo as informações básicas e que deveriam estar perfeitamente claras no domínio público (como moradas, contactos ou sites oficiais) não são fáceis de encontrar. Algumas destas informações são mais facilmente identificáveis pelos motores de busca do que através da administração pública por via do IGAPE ou Ministério das Finanças.

Para o economista Mateus Maquiadi, a importância dos fundos como parte da gestão estratégica dos estados-nação e das empresas "não se coloca em causa porque servem como almofadas" para a economia do País.

No caso de Angola, que precisa de diversificar e apoiar os sectores com mais potencial, este dinheiro podia servir para financiar, emitir garantias para os empresários e as melhores ideias de criação de empresas e desenvolvimento de novos negócios.

"No entanto, o problema que se coloca está relacionado directamente com a gestão não transparente desses mesmos fundos", considera Maquiadi.

Quase sem registos

Entre os diversos mecanismos de financiamento da economia não petrolífera, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Aquicultura (FADEPA) actua num dos mais promissores sectores económicos do País.

Mas fazer um balanço da actuação do FADEPA com base nas informações públicas é como resolver um quebra-cabeças de elevada dificuldade.

Por exemplo, a Conta Geral do Estado 2020 é omissa em relação a este fundo e não traz qualquer informação sobre as suas actividades no referido exercício. A última informação, meramente auditada Para os restantes, só o fundo de Garantia de Crédito (FGC) disponibiliza no site oficial os relatórios e contas mas apenas entre 2012 e 2018.

Sérgio Calundungo, coordenador do Observatório político Social Angolano (OPSA), considera que a gestão dos fundos públicos enfrenta três problemas fundamentais: falta de conhecimento da sociedade sobre as suas actividades, de informação precisa sobre os objectivos e ausência de prestação de contas

"Mesmo ao nível da Assembleia Nacional acredito que muitos deputados não têm qualquer informação sobre estes fundos. Também a maioria dos cidadãos não sabe da sua existência "; acredita Calundungo, que ao nível do OSPA tem desenvolvido actividades de análise e monitoria do Orçamento Geral do Estado (OGE)

" A maior parte dos fundos públicos tal como as empresas públicas, são ineficientes e insustentáveis", conclui o economista Mateus Maquiadi.

4.3 PDN 2018 – 2022 Cumprido a 60%

Jornal Economia e Finanças
3 De Dezembro de 2021

Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022) registou um grau de execução média de 61,13 por cento, no III Trimestre deste ano, disse ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis.

Falando no habitual briefing do Ministério da Economia e Planeamento, sublinhou que o Relatório de Balanço de Execução do PDN 2018-2022 referente ao I I trimestre traduz o acompanhamento e a avaliação dos resultados da implementação das acções que materializaram os 70 programas de acção do Plano.

O documento aprovado apresenta carácter cumulativo, dispondo de informação relativa ao período de 2018 a 2021 e de Janeiro a Setembro de 2021, com dados e informações cujas fontes foram os Relatórios de Balanço dos Departamentos Ministeriais, dos Governos Provinciais, do Banco Nacional de Angola, bem como do Instituto Nacional de Estatística, referentes ao ano 2020.

Milton Reis fez saber que o relatório do PDN foi aprovado em sede da II Sessão Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Novembro, orientada pelo Titular do Poder Executivo.

Por outro lado, fez saber que em relação ao acompanhamento dos Projectos e Programas do PDN 2018-2022, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), o MEP integrou o grupo de Secretários de Estado que coordenam os grupos de acompanhamento da implementação dos projectos no âmbito do PIDLCP.

Foi efectuada uma visita de trabalho, na semana em curso, ao município de Icolo e Bengo, para aferir o estado de implementação dos projectos propostos pelo município e o respectivo grau de cumprimento com base nos recursos disponibilizados de Janeiro até a presente dada.

Relativamente à avaliação da implementação dos projectos do Programa de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza, continuou, constatamos no campo o ponto de situação dos três projectos, com realce para o Lalama Construção de um (1) furo de água, com um grau de execução física de 70%.

De igual modo, visitamos o Mubanga - Construção de um (1) furo de água, com um grau de execução física de 65%, e o Caculo Chango Construção de Um (1) furo de água, e reabilitação do posto de saúde de Caculo Chango com um grau de execução física de 90%".

Relembrou que o Programa de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza PIDLCP, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 140/18, de 6 de Junho, em alinhamento com o PDN 2018-2022, teve o seu início em Agosto de 2018, elegendo município como unidade territorial principal e visa contribuir na melhoria e redução do índice de pobreza extrema das famílias e consequentemente assegurar o Desenvolvimento Humano e bem-estar das famílias.

Relativamente ao Subcomité Macroeconómico da SADC, informou que o Ministério da Economia e Planeamento participou numa reunião, nos dias 25 e 26 de Novembro do corrente ano, em formato virtual, que contou com a participação, ao mais alto nível de quadros da SADC.

A reunião do Subcomité Macroeconómico da SADC abordou temas relacionados com a implementação das acções emanadas das Reuniões do Comité de Ministros das Finanças e Investimento e do Painel de Avaliação pelos pares.

Abordaram também o alinhamento dos critérios da SADC com o programa de cooperação monetária Africana (AMCP) e a criação do Instituto Monetário Africano (AMI) e o Banco Central Africano, tendo em conta os documentos sobre a possibilidade de contratar Instituições Regionais competentes para apoiar a coordenação do processo de vigilância Macroeconómica.

4.4 Orçamento Geral do Estado/2022 aprovado com recomendações

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2021

Texto: Edna Dala

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano foi, terça-feira (14), aprovado, com recomendações e emendas, por 135 votos favoráveis do MPLA, 53 contra (UNITA e CASA-CE) e três abstenções do PRS e da FNLA.

Apesar do descontentamento dos grupos parlamentares dos partidos políticos da oposição, o instrumento foi aprovado com emendas, constantes no Projecto de Resolução, que foi igualmente aprovado com 135 votos a favor, 47 contra e 9 abstenções.

O diploma, aprovado na 3ª Reunião Plenária Extraordinária referente à 5ª Sessão Legislativa da IV Legislatura, prevê receitas e despesas na ordem de 18,7 biliões de kwanzas e uma perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto de 2,4 por cento, além da redução do stock da dívida para 82 por cento.

Das recomendações, destaca-se o reforço de verbas da unidade orçamental do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social em 9.412.504.163 kwanzas, para implementar acções promotoras do empreendedorismo e o aumento da empregabilidade do sector privado da economia real.

O Projecto de Resolução recomenda o remanejamento de verbas dos programas, outros de protecção social e manutenção geral dos serviços para reforçar as famílias em alta vulnerabilidade, a protecção e promoção dos direitos da criança.

Para o sector social (Saúde), o projecto recomenda que se continue a envidar esforços financeiros para admissão e promoção de pessoal das carreiras do regime especial dos profissionais de saúde e do regime geral, para preenchimento de vagas nas novas estruturas a serem criadas no âmbito do Programa de Investimento Público e do PIIM.

Foi recomendado também que sejam previstas verbas no quadro de remanejamento para manutenção das infra-estruturas escolares, garantindo assim o acesso para os estudantes com deficiência.

Depois da aprovação do OGE, a ministra das Finanças, Vera Daves, assegurou que algumas das recomendações serão já implementadas na versão final que vai seguir para a promulgação da Lei.

Outras recomendações, adiantou, serão levadas em consideração apenas no próximo Orçamento. "Regra geral, tomamos boa nota e fizemos o devido acolhimento".

Na versão final, acrescentou, serão também acolhidas as recomendações de remanejamento e alterações pontuais à Proposta de Lei e aquelas que são para considerar para os próximos exercícios vão ser analisadas.

Quanto à questão ligada ao dinheiro de apoio à empregabilidade, Vera Daves indicou que, na lógica do remanejamento, tudo que foi recomendado ao Executivo será observado para que seja acomodado.

Equilíbrio das contas públicas

O grupo parlamentar do MPLA justificou o voto favorável ao OGE 2022, por entender que o diploma constitui o garante material da acção governativa, sem o qual não será possível canalizar os recursos financeiros para manter a funcionalidade das instituições e da economia.

Na sessão de leitura das declarações de voto, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, referiu que este orçamento tem como suporte o equilíbrio conseguido das Contas Públicas nos últimos quatro anos e que vai permitir ao país não ficar dependente dos recursos do petróleo para pagar, por exemplo, os salários da Função Pública.

Na sua óptica, é um facto inédito em 46 anos de independência. "Como é sabido, o rácio da dívida pública, em relação ao PIB, está a diminuir, facto reconhecido pela comunidade financeira internacional".

Para Virgílio de Fontes Pereira, o diploma está alinhado com a perspectiva da retoma do crescimento económico 2022, depois de cinco anos de uma realidade negativa, tendo realçado que o documento contém medidas de políticas estruturantes capazes de criar mais emprego, aumentar os rendimentos dos cidadãos e diminuir os níveis de pobreza prevalentes no país.

Neste OGE, acrescentou, são relevantes as medidas para fazer face à seca no Sul do país, com a previsão de importantes obras de engenharia, assim como os ajustamentos significativos para melhorar a eficiência

e a eficácia na gestão dos programas da Malária, Tuberculose e do HIV/Sida.

"Nós do Grupo Parlamentar do MPLA, temos consciência de que não há orçamentos que satisfaçam todas as necessidades. Isso, realisticamente, não existe. Por estas e outras razões, votamos favoravelmente o OGE para permitir que o Executivo prossiga com as reformas necessárias com vista a assegurar a estabilidade e a sustentabilidade das famílias", reiterou.

Por seu turno, o deputado Amílcar Colela, do Grupo Parlamentar da UNITA, justificou o voto desfavorável do seu partido à Proposta do OGE para o exercício económico de 2022, pois o diploma tem como principal prioridade a dívida pública.

Para o Grupo Parlamentar da UNITA, a dívida pública não está auditada, nem certificada e representa 50 por cento da despesa global, acrescentando que o segundo sector prioritário é os serviços dos órgãos de soberania, com 24% da despesa global.

Realçou que a área social, com 19% da despesa global, é a penúltima na escala de prioridades do Executivo, considerando que o menos prioritário para o Governo é o económico que serviria de alavanca da economia, mas que, infelizmente, representa 7% da despesa global.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), lembrou, recomenda 10 por cento para o sector agrícola e o OGE atribui apenas 3,28 por cento, um facto que compromete seriamente a segurança alimentar.

Para o político, ao longo do mandato do actual Executivo, o sector social nunca atingiu a segunda posição na escala de prioridades orçamentais e entre 2018 e 2022 não houve um ano sequer em que se cumpriu a meta indicada pelo Plano de Desenvolvimento Nacional, nem ao nível dos subsectores do combate à pobreza.

Verbas para autarquias

O grupo parlamentar da CASA-CE votou contra a Proposta do OGE 2022 e a proposta de lei que o aprova, por discordar das prioridades estabelecidas nela e da consequente alocação de receitas, onde o combate à pandemia da Covid -19 aparece no topo em detrimento da Malária, que mata anualmente 10 vezes mais.

O deputado Gaspar Mendes de Carvalho disse que a Coligação votou contra, porque o diploma não contempla verbas para a implementação das Autarquias Locais, nem diferenciadas para cobrir os custos logísticos dos delegados de lista nas eleições gerais de 2022.

O presidente do PRS, Benedito Daniel, justificou a abstenção por entender que as previsões para o crescimento da economia em meio à pandemia são de risco.

Referiu que a possibilidade de uma melhoria do rendimento das famílias, uma das prioridades do Orçamento, poderá não ser satisfatória e efectiva, porque se verifica pouco aumento significativo para as famílias.

Segundo o deputado do PRS, o OGE também não prevê um princípio de actualização dos salários da Função Pública em relação à inflação. Por isso, confidenciou que os aumentos a serem feitos (se forem feitos) de forma pontual serão novamente engolidos pela inflação.

Por sua vez, o deputado Leonel Gomes, representante dos deputados não integrados, realçou que o peso específico do OGE vai para o pagamento da dívida pública e serve, exclusivamente, para pagar dívidas e ir buscar mais dívidas.

Neste sentido, disse, vai continuar a comprometer e a hipotecar a vida dos cidadãos no presente e nas futuras gerações.

4.5 Angola perdeu quase 80% da receita fiscal petrolífera em dólares

Jornal Economia e Finanças

17 De Dezembro de 2021

Texto: Joel Costa

As receitas fiscais com a exportação de petróleo em moeda estrangeira no ano passado foram quatro vezes inferior aos 28,9 mil milhões de USD arrecadados em 2014, depois de a exportação de petróleo ter rendido apenas cerca de 6,5 mil milhões USD, de acordo com cálculos do Expansão com base nos dados consolidados das receitas da AGT com a exportação desta matéria-prima publicados em Fevereiro deste ano.

Se as receitas em dólares caíram quase 80%, por outro lado, em Kwanzas até subiram 31%. Esta diferença resulta da desvalorização cambial que tem tido um efeito catastrófico na receita em dólares do

sector que constitui a principal fonte de moeda estrangeira para o País.

No início da crise do petróleo, em 2014, um dólar valia 103,7 kz e em finais de 2020 eram necessários 578,3 kz para comprar uma unidade da moeda dos EUA Facto que provocou perdas significativas na receita fiscal petrolífera. Como se não bastasse a desvalorização cambial, a produção média diária angolana caiu 29% entre Dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2020, passando de 1,612 milhões de barris/dia para 1,145. Ou seja, menos 467 mil barris.

Relativamente à exportação, dados do Ministério das Finanças apontam que no início do período em análise, 2014, Angola exportava em média 1,720 milhões de barris de petróleo por dia (produção real + stock) enquanto no ano passado, já só exportou 1,290 milhões de barris/dia. Se olharmos para a evolução da receita petrolífera em kz, a receita fiscal cresceu 32% nos últimos seis anos. Mas se tivermos em conta o efeito da desvalorização cambial constata-se uma quebra de quase 80% no mesmo período na receita em dólares. O país importa quase tudo o que precisa e por isso, se por um lado, Angola está a receber mais moeda nacional com os impostos petrolíferos, por outro, está obrigada a gastar mais kz para comprar os dólares que necessita para ir às compras lá fora.

O analista e colaborador do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC), José Oliveira, considera que olhar para as receitas em kwanzas dá uma visão que não corresponde à realidade, já que apesar do aumento aparente das receitas em kz o valor real em USD é muito menor e isto deve-se ao efeito da desvalorização cambial.

Por sua vez, o especialista em petróleo e gás e CEO da PetroAngola Patrício Quingongo explica que sempre que se registam a redução da produção e a baixa dos preços não é possível ter receita petrolífera alta.

Quingongo vai mais longe e defende que não faz sentido o Ministério das Finanças continuar a projectar em moeda nacional as receitas petrolíferas tudo porque as multinacionais operadoras dos blocos petrolíferos em Angola pagam os seus impostos em USD. "As petrolíferas pagam os seus impostos em USD numa conta do BNA. O banco central recebe o dinheiro e depois alerta O Ministério das Finanças quanto recebeu de cada petrolífera" afirma Quingongo. O especialista aconselha o Estado a utilizar as projecções da receita petrolífera em kz apenas para questões internas e para o OGE, mas no seu website devia projectar a receita em moeda

estrangeira evitando criar a falsa sensação de aumento da receita fiscal no sector que movimenta a economia angolana.

O choque petrolífero inicial doem 2014 teve um impacto brutal na economia nacional, com cinco recessões económicas consecutivas (iniciadas em 2016) em que o PIB angolano passou de 116 mil milhões USD em 2015 para 62,7 mil milhões USD em 2020. Outro efeito visível da quebra das receitas petrolíferas em Angola é o afundamento do PIB per capita.

4.6 Economistas aprovam prioridades do OGE

Jornal Economia e Finanças
17 De Dezembro de 2021

Os economistas Hamilton Silva e Rui Malaquias, e o jurista Michel Francisco concordam na visão de que o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2022 atende as prioridades do país e demonstra o interesse do Governo com o sector Social.

No debate da Televisão Pública de Angola sobre "QGE 2022 e as perspectivas da sua execução", os "fazedores de opinião" manifestaram total agrado com o facto de os Investimentos Públicos previstos no programação orçamental ter já 90 por cento da sua cobertura financeira garantida.

Um pormenor que reiterou os especialistas está na necessidade de se continuar a alargar a base tributária, para permitir-se que o país consiga mais receitas fora ao sector petrolífero e consiga gerar financiamento à economia.

Nesse âmbito, apontaram o da produtividade do país como um factor crucial.

Rui Malaquias defendeu que as actuais famílias apoiadas no âmbito do Programa kwanza devem, num certo prazo, ser transformadas em produtoras de bens e serviços, para rapidamente sair-se do actual quadro de dependentes de ajudas do estado.

Michel Francisco, da AGT, considera histórico o OGE 2022 pelo facto de trazer no seu seio uma elevada carga de benefícios fiscais, que favorecem na generalidade os agentes económicos e de forma directa

Contexto crucial

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, observou que o seu partido votou a favor do orçamento por constituir o

garante material da acção governativa, sem o qual não é possível canalizar os recursos financeiros para manter a funcionalidade das instituições e da economia.

Indicou, na declaração de voto, que o orçamento foi aprovado num contexto crucial em que a prioridade do país, para além da retoma do crescimento económico, é a salvaguarda da vida humana, especialmente neste ambiente de pandemia da Covid-19.

O deputado disse que OGE 2022 tem como suporte o equilíbrio das contas nos últimos quatro anos, o qual permite ao país não ficar dependente dos recursos de petróleo para, por exemplo, pagar os salários da função pública, o que, segundo o deputado, constitui um facto inédito em 46 anos de independência.

Para o político, o presente OGE, alinhado com a perspectiva da retoma do crescimento económico em 2022, após cinco anos de crescimento negativo, "contém medidas de políticas estruturantes que permitem criar mais emprego, aumentar o rendimento dos cidadãos e diminuir os níveis de pobreza prevalentes no país". as medidas para fazer face à seca no sul do país, com a previsão de construção de importantes obras de engenharia, assim como ajustamentos significativos para melhorar a eficiência e a eficácia na gestão dos programas da malária, da tuberculose e do HIV/ SIDA", assinalou.

Frisou que as medidas previstas no OGE, tendentes à redução da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de 14 para 7 por cento para os produtos da cesta básica, ao alargamento dos benefícios fiscais em diferentes domínios e à alteração das taxas da pauta aduaneira têm como objectivo baixar os preços de amplo consumo e proteger a produção nacional.

4.7 OGE/ 2022 Aprovado

Jornal Economia e Finanças
17 De Dezembro de 2021

Parlamento aprovou, na terça-feira, em Luanda, em sessão de votação final global, o Orçamento

Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2022, com receitas e despesas estimadas em 18,7 biliões de kwanzas (mais de 30 mil milhões de dólares).

Segundo o ministro do Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, trata-se de um

orçamento que aposta na sustentabilidade e no retorno do crescimento da economia nacional.

"Nossa previsão é sairmos da recepção em que estamos desde 2016. A perspectiva é que em 2022, próximo ano possamos retomar o crescimento económico. Vamos retomar o crescimento económico numa taxa prevista de 2.4 por cento com o sector petrolífero a crescer 1.6 por cento e o sector não petrolífero a crescer 3.1 por cento", disse.

Conforme o ministro, "é bom enfatizar que o sector não petrolífero apresenta um crescimento mais pujante mais forte do que o sector petrolífero. Em alguns momentos nota-se mesmo o decréscimo do sector petrolífero, ao passo que o sector não petrolífero tem estado a ter um comportamento que é aquele que nós esperamos em termo de tendência não ainda em termos de escala, é aquilo que esperamos que seja uma escala cada vez maior, mais a tendência tem sido uma tendência positiva a concretizar. É aquilo que sempre dissemos que é preciso diversificar a economia e tem que acontecer na prática e começa a acontecer".

A proposta do OGE prevê um crescimento do sector não petrolífero de 3.1 por cento assente na agricultura, pesca e indústria extractiva.

Manuel Nunes Júnior disse ainda que o documento dedica uma atenção ao stock da dívida e a consolidação fiscal.

Crescimento da economia

A ministra das finanças Veras Daves de Sousa assegura que o Executivo terá mais um orçamento para 2022 que está voltado para o crescimento da economia nacional.

O contributo dos recursos públicos do OGE para esse domínio é pela via da capitalização dos fundos que temos feitos sistematicamente para o caso da Fada e também para o fundo de garantia de crédito e pretendemos voltar a fazer o próximo ano num montante de 100 mil milhões de kwanzas, numa repartição a definir para os principais fundos públicos. Relativamente volatilidade do preço do petróleo, assumimos o preço mais conservador possível considerando também que ainda existem factores de risco que podem fazer reduzir o preço.

Considerando isso, disse a ministra, assumimos um preço conservador de 59 dólares o barril. E temos que considerar também o actual peso do serviço da dívida no orçamento, que consome metade do orçamento.

Podemos considerarmos confortável quando o peso for inferior a (1/3) um terço daquela que é a nossa receita.

Destaque ao sector social

Ainda sobre OGE, o economista Rui Malaquias considera a proposta do OGE/22 corajosa por dar destaque ao sector social e produtivo. Rui Malaquias espera que o Executivo tenha margem para a sua execução.

É, essencialmente, uma proposta que está alinhada com o esforço do Governo na continuação da política de reformas económicas que tem estado a levar acabo, são duras muitas são impopulares e que no fundo visa continuar o esforço de investimento de infra-estruturas para que de facto a economia cresça, que as empresas e as famílias tenham prosperidade, valorizando sempre a produtividade, destes dois agentes.

E essencialmente também um orçamento que mesmo em tempos difíceis prevê um aumento das receitas e consequente também das despesas, porque é um orçamento corajoso, porque abraça o sector social.

Nunca se alocou tantas receitas para o sector social, porque entendeu -se da gravidade da situação' de facto a crise económica e financeira ligada a Covid, também a baixa do preço do petróleo fez com que as condições sociais das famílias se agravassem. Portanto esperemos que de facto o Governo tenha margem para executar.

Atenção especial

O também economista António Sapateiro destaca o facto de este orçamento dedicar atenção ao sector da educação.

Para a economia real e com o aumento de 28% das receitas e das despesas públicas no Orçamento Geral do Estado de 2022, há um conjunto despesa para a área social, a área fustigada pela recepção de vários anos consecutivos de recepção económica e pela Covid-19. A despesa social é a que mais cresce nesse momento cerca de 24% superando a despesa prevista para defesa nacional.

O sector económico tem um peso de 7.3 por cento pelo total da despesa total. A educação também em linha com o aumento do sector económico tem um aumento de 30 por cento neste Orçamento Geral do Estado 2022 e no ensino superior quase 300 por cento de aumento.

A saúde por sua vez que tem tido um grande papel na questão da fase e da crise do Covid-19 tem um aumento de 12 por cento. O sector primário onde está a agricultura as pescas e outras actividades económicas têm um aumento de 21 por cento.

O ano de 2022 é um ano de eleições gerais e um ano do 2º mandato do presidente João Lourenço, o ano que se quer que seja o 2º consecutivo com crescimento económico.

4.8 OGE volta a suspender e restringir direitos e regalias de servidores públicos

Jornal Economia e Finanças
17 De Dezembro de 2021

A proposta do Orçamento Geral do Estado 2022 aprovada esta semana pela Assembleia Nacional volta a suspender e restringir um conjunto de direitos e regalias de titulares de cargos públicos, a começar pela subvenção mensal vitalícia a beneficiários remunerados de forma cumulativa, salvo se o mesmo optar por receber exclusivamente a subvenção mensal vitalícia. O documento saído do parlamento volta a cortar também o direito a veículos do Estado para apoio à residência aos titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários.

Os subsídios de instalação, estímulo e reinstalação caem 50% para todos os beneficiários, e são reduzidos também as classes dos bilhetes de viagens dos titulares de cargos políticos, magistrados, deputados e respectivos cônjuges, que à semelhança do que aconteceu em 2021 deixam de voar na primeira classe e passam para a executiva.

A proposta do Orçamento Geral do Estado passou pelo crivo dos deputados também com um conjunto de recomendações para o Executivo ter em conta no exercício económico de 2022. Entre as recomendações destaca-se a necessidade de serem accionados os mecanismos de redução do rácio da dívida pública para níveis aceitáveis, nos termos da lei da sustentabilidade das finanças públicas.

Há ainda a destacar a necessidade de reapreciação, no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), do actual pacote de incentivos ao fomento da produção nacional, no sentido de avaliar a possibilidade de implementar novas medidas que promovam a auto-suficiência dos produtos nacionais da cadeia dos bens de maior consumo da população.

O incremento de verbas para o apoio e promoção do programa de agricultura familiar, consta igualmente das recomendações dirigidas ao Executivo, com vista a acelerar o processo de diversificação da economia, redução das assimetrias regionais e a erradicação da pobreza extrema.

Assim, sugere-se que sejam implementadas acções concretas para estimular o crescimento do comércio rural das micro, pequenas e médias empresas e alargar os benefícios fiscais de redução da taxa do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) aos demais produtos de consumo, tendo em conta a baixa dos produtos da cesta básica.

Os deputados defendem que se deve acautelar a medida de implementação de redução do IV A de 14% para 7% na Lei do Orçamento Geral do Estado de 2022 no início do ano, por um período experimental de três meses, isenta de qualquer tipo de penalização tributária sobre os contribuintes.

O documento que contém mais de 100 recomendações, no que concerne a acção social, recomenda o reforço de verbas nas rubricas "Apoio às Famílias em Situação de Alta Vulnerabilidade" e "Protecção e Promoção de Direitos de Criança", sem descurar o aumento orçamental para a manutenção dos centros de acolhimento para a terceira idade.

Nas recomendações apresentadas ao Executivo para o exercício económico do próximo ano e "para o normal funcionamento do poder legislativo" os deputados também olharam para si e pedem a revisão das verbas atribuídas a este órgão de soberania, de modo a garantir a execução de acções inscritas para o início da próxima Legislatura 2022-2027.

4.9 Deputados solicitam aumento de verba para programas sociais

Jornal de Angola
7 De Dezembro de 2021
Texto: Ismael Botelho

Os deputados do círculo eleitoral da província do Huambo vão propor ao Governo o aumento da verba destinada ao programa de desenvolvimento social, para melhor satisfazer os problemas das pessoas vulneráveis.

A intenção foi manifestada na segunda-feira, no Huambo, pela deputada pelo círculo provincial, Bibiana Nandombwa, em declarações à imprensa no final da visita de constatação relativamente ao funcionamento do Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade de Género. Segundo a parlamentar, os 12

milhões de kwanzas que o programa recebeu, este ano, são irrisórios, comparando com as necessidades das pessoas vulneráveis na província do Huambo. Esta preocupação vai ser apresentada ao grupo parlamentar do MPLA.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Autarquias exigem “grandes decisões”

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2021

Texto: Edna Dala

A secretária de Estado das Finanças, Aia-Eza da Silva, afirmou, terça-feira (30), que a implementação das autarquias locais exige a tomada de grandes decisões do ponto de vista de investimentos e infra-estruturas. Ao responder às inquietações dos deputados da oposição André Mendes de Carvalho "Miau" (CASA-CE) e Mihaela Webba (UNITA) sobre o Fundo de Equilíbrio e a aparente ausência de um orçamento destinado às autarquias, Aia-Eza da Silva lembrou que as autarquias não nascem do nada, há todo um trabalho que, nos últimos dois anos, têm sido exaustivos para que a mesmas venham a acontecer.

Durante a reunião conjunta, na especialidade, com o ministro de Estado para a Coordenação Económica e ministros do sector da economia real, para a votação da proposta de Lei do OGE 2022, a secretária de Estado acrescentou que os investimentos têm que acontecer, mesmo que ainda não estejam criadas as autarquias.

Ainda no âmbito das autarquias, Aia-Eza da Silva disse estarem em curso construções de sedes municipais. Disse haver municípios que não têm sede municipal, nem sequer uma estrutura para o administrador municipal trabalhar de forma condigna.

Aia-Eza da Silva indicou ainda que o Fundo de Equilíbrio não deixa de ser para a preparação das autarquias, mas antes da sua implementação existem processos que antecedem a esta preparação e um deles é a desconcentração financeira, que vem acontecendo nos últimos dois anos.

Tem sido um processo contínuo e vamos prosseguir. Tudo isso para preparar as futuras autarquias do país", disse.

A secretária de Estado das Finanças explicou aos deputados Miau e Mihaela Webba que o Fundo de Equilíbrio não deixa de ser para a preparação das autarquias.

Mas, esclareceu, há processos que antecedem a sua implementação. Um deles é a desconcentração financeira, que vem acontecendo nos últimos dois anos.

Na sua intervenção, a deputada Mihaela Webba disse que a Proposta de Lei do OGE 2022 denota que não é intenção do Executivo a materialização das autarquias locais no próximo ano.

No final da reunião, os deputados aprovaram, com emendas, a Proposta de Lei do OGE 2022.

5.2 Portal do município é lançado hoje em Luanda pelas Finanças

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2021

O Portal do Município, uma solução tecnológica centralizada, que permite o acompanhamento de todo o processo de cobranças de taxas, licenças e multas, resulta de serviços que as administrações locais prestam, é apresentado esta quarta-feira aos jornalistas no Ministério das Finanças, soube o Jornal de Angola de fonte oficial.

O Portal do Município foi desenhado para a disponibilização aos municípios e Órgãos da Administração Local do Estado (OALE), serviços como a solicitação e acompanhamento, pelo município, dos serviços nos governos provinciais, administrações municipais e distritos urbanos e comunais.

O registo e gestão dos dados dos municípios e seus agregados, tratamento das solicitações de serviços dos municípios, a luz do Decreto Presidencial sobre as taxas, licenças e outras receitas dos OALE e os restantes da transferência de competências legais, no quadro do regulamento da Lei da Administração local do Estado, estão, também, disponíveis no Portal do Município.

Documentos sobre os serviços prestados aos municípios, como atestado, declarações agregadas, autorizações, licenças de obras e de publicidade, concessões de direitos mineiros, construção civil, direitos de pescas e outros, podem ser emitidos de forma padronizada no Portal do Município, onde, também, está disponível a consulta de informações sobre decisões e resumo de atendimento das solicitações.

Vantagens do portal

O Portal, referiu fonte do Jornal de Angola, tem mérito de trazer a melhoria do atendimento aos municípios, com impacto para a arrecadação de receitas, celeridade no retorno destas para as administrações locais, no seguimento da estratégia de descentralização do poder local.

Um melhor controlo da arrecadação das receitas comunitárias e a padronização da actuação das administrações municipais e distritais avultam, igualmente, das vantagens do Portal do Município, cujo lançamento deverá contar com a presença da Secretária de Estado para o Investimento Público, Aia-Eza da Silva e para as Autarquias Locais, Márcio Daniel.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Ordenamento do território

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2021

Variadas vozes têm procurado alertar sobre as consequências do crescimento desordenado de novos bairros por via da construção igualmente desregrada, cujos efeitos há muito que são visíveis inclusive em circunscrições administrativas recém-criadas.

Há bairros novos cuja tipologia assemelha-se exactamente ao de velhos subúrbios das periferias das grandes cidades do país, uma realidade que precisa de ser revertida sob pena de, em vez do processo de urbanização, assistirmos a uma "ruralização" das comunidades.

A necessidade de ordenamento do território e de planeamento urbanístico já há muito que peca por tardia na medida em que seria para ontem, definitivamente, evitar-se que se que construíssem mais habitações desordenadas.

Embora tenhamos a Lei de Terra e Ordenamento, como de resto sucede com numerosa legislação, o processo que envolve a sua regulamentação, quer ao criar-se o diploma ordinário, quer ao efectivar aquela última, assistimos ainda a grandes incumprimentos. Basta ver a forma como a ocupação e uso de terrenos em muitas partes do país continua a ocorrer, não raras vezes, ao completo arrepio da Lei de Terra e Ordenamento.

Daí o facto de o Executivo ter assumido recentemente, como um dos principais desafios da revisão da referida lei, a iniciativa de uniformizar o processo de concessão de terrenos e cadastros para travar as construções desordenadas no país.

Trata-se de uma boa novidade que, tal como as diligências que envolveram a elaboração de algumas leis, a sua aplicação prática e agora, no caso da Lei de Terra e Ordenamento, a sua revisão, insistimos que se imponha a necessidade de uma rigorosa implementação, monitoria e controlo.

A forma de ocupação dos solos, particularmente no que a construção de casas diz respeito, é relevante não apenas para permitir a ocupação útil da terra e que cada família tenha uma casa condigna, mas também para viabilizar o desenvolvimento sustentável e assegurar a qualidade de vida.

Independentemente das nossas condições económicas, urge evoluirmos para um quadro em que a ninguém seja mais permitido erguer casa sem o cumprimento de um conjunto de pressupostos que inviabilizem a "desordem urbanística", entre estes a localização, o loteamento, alguma infra-estrutura, o levantamento topográfico ou croquis de localização, entre outras exigências.

As exigências legais para a obtenção de terreno e para o primeiro passo na construção de uma casa em qualquer espaço, devida e legalmente cedido pelas entidades competentes, serviria também como espécie de barreira para ao crescente fenómeno de ocupação e invasão de terrenos alheios.

Agora, é necessário engajar outras sensibilidades para se "cozinhar" um instrumento legal que verdadeiramente venha servir às famílias e, fundamentalmente, aos objectivos do Estado na cruzada contra as construções desordenadas à volta das sedes das capitais das 18 províncias. Haja ordenamento territorial.

6.2 Concurso para o Metro de Superfície vai ser lançado gora em Janeiro

Jornal Economia e Finanças
31 De Dezembro de 2021

O ministro dos Transportes, Ricardo Viegas de Abreu, disse, na sua mensagem de fim de ano, divulgada na quarta-feira que o lançamento do concurso de selecção dos parceiros privados para a construção do Metro de Superfície de Luanda será lançado logo no início do mês de Janeiro.

Segundo o ministro, este sistema será fundamental para a melhor ia da mobilidade da cidade Capital.

"Temos noção que a acção é determinante para o aumento da qualidade de vida das nossas populações e para o funcionamento mais ordenado e facilitado da economia", disse.

Ao reconhecer que 2022 será um ano de muitos desafios, Ricardo Viegas de Abreu disse também [que "quem ambiciona pertencer ~ família dos Transportes sabe e: tem presente que a evolução é uma. constante e não há ano fácil". Em 'razão disso, disse que se deverá. continuar na implementação das directrizes do Plano Nacional Desenvolvimento e às acções contidas no Plano Director do Sector.

"Temos projectos de grande impacto económico e social, para colocar ao serviço da economia nacional e

das nossas populações, para além de garantirmos a efectiva e capacitada entrada em funcionamento das novas instituições reitoras do sector", afirmou.

O ministro destaca, por outro do, com sentido de prioridade e responsabilidade o arranque do projecto da Cabotagem Norte, a aceleração com vista a sua conclusão dos projectos do Terminal de Águas Profundas do Caio e do Novo Aeroporto Internacional de Luanda, o arranque por via de concessões das plataformas logísticas do Soyo e do Luvo. Também, destaca-se a entrada em operação das Automotoras em Luanda e em Benguela, o aumento progressivo da frota de transportes públicos urbanos, e a introdução do passe dos transportes públicos.

Não menos importante e alinhadas para 2022 está a conclusão de importantes concursos para a concessão de infra-estruturas e serviços de transportes, lançadas em 2021, como são os casos do Terminal Polivalente do Porto do Lobito e do próprio Corredor do Lobito.

Sustentabilidade

O sector dos transportes nacional só será sustentável se tiver mecanismos de formação, credenciação e certificação dos profissionais a nível nacional. Para tal, precisa-se de atrair e gerar talentos, só assim será possível pensarmos com optimismo para o futuro.

De acordo com o ministro, duas iniciativas há por concluir em 2022, designadamente a do Fundo Social ou Associação Mutualista dos Trabalhadores dos Transportes. Trata-se de uma ferramenta fundamental de garantia da sustentabilidade e transição inter-geracional dos profissionais dos transportes.

A mesma deverá dar mais segurança e dignidade a quem se entrega profissionalmente a esta tão honrosa carreira. A outra iniciativa que não se pode deixar de parte, segundo Ricardo Viegas de Abreu, é a capacitação e a formação contínua dos profissionais e sua certificação onde for exigido. De todos os ramos, sejam os marítimos, aviadores, ferroviários ou sejam os rodoviários e outros que agora integram a função logística do sector.

6.3 BPC - Imobiliária vai leiloar 34 activos

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2021

A Comissão de Avaliação e Negociação dos Leilões Electrónicos da BPC-Imobiliária comunica a

realização, entre as 8 e 14 horas da próxima quarta-feira, do acto de leilão de 34 activos.

O referido leilão é aberto a todos os interessados, bastando que se inscrevam, virtualmente, para o formato "online" na página de Internet da entidade promotora. Se presencial, a lista de inscrições estará disponível até hora antes da abertura do leilão.

Segundo o anúncio publicado no Jornal de Angola, findo o prazo de leilão, a Comissão de Avaliação e Negociação procederá à publicação dos resultados das licitações, conforme os termos de referência e o regulamento do leilão.

Os activos colocados a concurso variam entre um mínimo de 17 milhões ao máximo de 485 milhões de kwanzas como lance inicial. Os mesmos estão entre as províncias de Luanda e de Benguela.

Em Maio, a administração da BPC-Imobiliária manifestou como expectativa um encaixe mínimo de 50 mil milhões de kwanzas com o desapego de 480 activos.

O Banco de Poupança e Crédito implementa um amplo Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR), que consiste no lançamento público das bases para comercialização dos activos imobiliários "não core" do BPC e também dos activos da BPC-Imobiliária.

O presidente do Conselho de Administração, António André Lopes, em certa ocasião, lembrou que, de acordo com a Lei de Bases das Instituições Financeiras, os bancos não devem adquirir ou manter na carteira de activos imóveis que não sejam necessários à prossecução do objecto social.

As lojas localizadas no condomínio Boa Vida, terrenos em Talatona, Belas e Ilha de Luanda e o restaurante Mar e Sol fazem parte dos activos a serem alienados pelo BPC.

Também acompanham o processo de leilões electrónicos a Direcção Nacional do Património do Ministério das Finanças e do Departamento de Leilões da AGT.

6.4 Plataforma digital leva cliente a conhecer imóvel

Jornal Economia e Finanças
17 De Dezembro de 2021
Texto: Isaque Lourenço

A empresa Hemera Capital Partner colocou, mais recentemente, à disposição dos interessados em

visitar imóveis para compra ou arrendamento uma solução que permite conhecer cada compartimento e o estado real do mesmo sem ser necessário se deslocar,

Trata-se da "Digital Real Estate", plataforma que promove, divulgação e comercializa activos imobiliários registados na sua base de dados.

Através da plataforma que faz recurso ao telefone, óculos apropriados e conexão com a página da promotora, o visitante pode ligar-se e entrar em cada compartimento dos imóveis à disposição. Cada detalhe e aspecto do imóvel visitado aparece como que em tempo real, levando a mesma sensação de presença efectiva.

Para os promotores desta solução, é uma opção para uma cidade com cada vez mais desafios e menos tempo de movimentação, por parte dos que procuram por serviços sem com isso terciarizá-los.

Bastará que o imóvel em causa esteja catalogado na base de dados da Pactual Property Fund para que o mesmo esteja à disposição no formato virtual.

O Pactual Property Fund é um fundo imobiliário fechado, constituído em Dezembro de 2015. Foi o primeiro fundo imobiliário a ser lançado em Angola, após a publicação do regulamento de gestão de activos pelo regulador, no caso a Comissão do Mercado de Capitais. Este fundo resulta de uma parceria entre o HCP e o Banco Millennium Atlântico. O mesmo segue uma política de investimento mista, mas busca, predominantemente, activos maduros com contratos de arrendamento de longo prazo com locatários com uma alta classificação de crédito.

A política de investimento permite que o fundo tenha um rendimento de caixa anual que suporte o pagamento de dividendos em uma base também anual.

Reacções

Para Virendra Carsandas, contando com uma equipa de especialistas em diversas, a plataforma é disruptiva na medida em que nos sugere desde logo uma possível utilização e optimização dos activos, como por exemplo, a sugestão de implantação de uma farmácia no Miramar ou de um Coworking Office em Talatona.

Questionado sobre o que é que pode mudar em termos de relacionamento com o cliente no mercado imobiliário com a plataforma, desde logo, disse existir maior proximidade entre os clientes e os activos disponíveis.

"O facto de se desenvolver um estudo por cada activo, dá ao cliente a possibilidade de escolher melhor, não só um activo, mas um verdadeiro projecto de investimento. Desde logo aumenta a credibilidade e confiança dos clientes na plataforma", afirmou.

Quanto a Paulo Bracons, presidente da Comissão Executiva da Fortaleza Seguros entende que a plataforma apresentada traz fiabilidade, celeridade, informação e transparência ao mercado imobiliário. Nesta medida, os bons imobiliários sairão certamente valorizados.

6.5 Centralidade do Quilosso precisa de agências bancárias

Jornal Economia e Finanças

19 De Novembro de 2021

Texto: Valter Gomes

Moradores da centralidade do Quilombo, na cidade do Uíge, manifestaram-se agastados com a falta de agências bancárias ou ATM que facilitem as transacções bancárias,

A falta desses serviços obriga os moradores da nova urbe a percorrerem quatro quilómetros até ao coração da cidade onde estão concentrados 90 por cento dos serviços bancários.

Moradores ouvidos pelo Jornal de economia & Finanças foram unânimes em afirmar que são obrigados a percorrer longas distâncias à procura desses serviços, provocando de certo modo dificuldades na gestão do tempo tendo em conta que os ATM no centro da cidade também registam enchentes.

"Desde a sua inauguração a 10 de Agosto de 2018, até ao momento não temos esses serviços aqui, diariamente somos obrigados a nos deslocar à cidade para fazer operações bancárias, compras da cesta básica e outros bens, situação que nos complica até mesmo na satisfação da necessidade de comprar um bem de menor valor", manifestou o morador Pedro Jacinto.

Na sua opinião, projectos habitacionais de grande dimensão poderiam contemplar todos os serviços básicos e necessários para o bem-estar da população. Bernardo Sebastião Aurélio é professor e morador na mesma centralidade, lamenta o facto e refere que parece existir pouca vontade por parte dos gestores bancários em instalarem os serviços naquela urbanização que conta com mais de 1.500 habitantes e outros moradores nos arredores da centralidade.

"Aqui também não temos posto de identificação civil e precisamos tanto desses serviços", frisou.

"Temos água, energia eléctrica, escolas, centros infantis, e um centro de saúde, mas a falta de bancos, ATM, talhos, estabelecimentos comerciais para venda de frescos, verduras, boutiques, lojas de equipamentos de telecomunicações, estabelecimento de venda de gás butano, criam embaraços na vida dos moradores na centralidade", reforçou Eunice Gamba outra moradora.

Bem perto da centralidade horizonte do Quilomosso, foi erguido um projecto habitacional onde foram realojadas famílias que antes viviam em zonas de risco como na zona industrial e no bairro Popular que também reclamam da falta de um mercado, estabelecimentos comerciais e outros serviços básicos, uma vez que para fazerem compras da cesta básica são obrigados a percorrerem longas distâncias.

Na busca da veracidade dos factos, o JE procurou contactar com algumas entidades de direito mormente responsáveis de algumas agências bancárias, bem como a administração da centralidade, mas sem sucesso. AC

6.6 Governo reforça iluminação pública

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2021

A rua da ponte sobre o rio Cambamba (ponte do Kamorteiro), no município de Talatona, em Luanda, não possui, por enquanto, infra-estruturas para a instalação de iluminação pública, mas deverá ser iluminada em breve, garantiu o director provincial de Infra-estruturas do Governo Provincial, Kalunga Kissanga.

O responsável referiu que apesar desta via não constar no Programa de Emergência para Restauração e Manutenção da Iluminação Pública em Luanda deverá ser iluminada. Kalunga Kissanga recordou que a recuperação da ponte e da estrada esteve sob responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT) e devia ter sido contemplada, também, a iluminação pública.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE), Hélder Adão, esclareceu que a primeira fase do programa de recuperação foi dedicada a um conjunto de ruas do centro da cidade e a segunda fase, que é mais alargada, inclui avenidas extensas,

como a Via Expressa, Lueji Nkonde, estrada de Cacuaco, rua da Fubu, Calemba 2 entre outras.

Adiantou que os empreiteiros da componente técnica, na primeira fase, tinham a responsabilidade de fazer a manutenção dos postes por seis meses e nesta segunda fase as empresas devem cuidar dos postes de iluminação pública durante um ano.

A ronda teve início na Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, já quase iluminada na totalidade, estendeu-se para o interior do município de Talatona, onde algumas ruas encontram-se às escuras, como a da Viana.

Durante a constatação foi possível ver algumas dezenas de postes apagados, particularmente na zona do Nova Vida, situação que deve ser resolvida nos próximos dias pela equipa técnica responsável pela recuperação dos postes. A delegação percorreu as ruas do SIAC, Mirantes e mundo verde, em Talatona, e a estrada da Samba, Benfica e Avenida 21 de Janeiro, zonas que já beneficiaram da empreitada.

A primeira fase do programa de emergência para restauração e manutenção da iluminação pública em Luanda, que iniciou em Julho do corrente ano, contemplou as Avenidas Murtala Mohammed, Deolinda Rodrigues, 21 de Janeiro e Ho-Chi-Min.

Esta segunda fase está avaliada em oito mil milhões de kwanzas. O programa de recuperação e iluminação pública fez com que mais de 300 estradas secundárias e terciárias da província de Luanda estejam iluminadas, numa altura em que decorram diversas acções sociais.

6.7 Centralidades respondem procura por habitação

Jornal Economia e Finanças

31 De Dezembro de 2021

Estado angolano investiu, nos últimos anos, cerca de 14 mil milhões de dólares (mais ou menos 7,8bilhões de kwanzas) na construção das 23 centralidades distribuídas pelo país, de acordo com o director nacional da Gestão Fundiária e Habitação do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT).

Adérito Mohamed disse que, até ao momento, o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH), lançado em 2009, permitiu a construção de 88_924 moradias de diversas tipologias, em 23 centralidades, isto em quase todo o país, num universo de 33 centralidades (19-746 casas) previstas no programa.

A conclusão possibilitou o alojamento de pelo menos 120 mil famílias, Além disso, o país ganhou 20 urbanizações, projectos com menos de mil casas. Estes projectos "consumiram" perto de três mil milhões de dólares, refere na entrevista cedida a Angop, no início de Dezembro o director Adérito Mohamed.

Face à pressão na procura habitacional, informou, o Governo retoma o processo de venda casas a partir do primeiro trimestre de 2022, após conclusão das obras das infra-estruturas internas e externas dos diferentes projectos habitacionais.

Segundo Adérito Mohamed, prevê-se ainda construir, em breve, outros cinco mil fogos habitacionais nas centralidades de Cabinda, Cunene e Caxito.

A par destes projectos, os angolanos poderão, ainda, beneficiar de residências que já estão em construção nas centralidades de Saurimo (Lunda-Sul), Cazengo (Cuanza-Norte) e Carreira de Tiro (Malanje).

"Independentemente de a intervenção do Estado focar-se na construção de casas sociais, para apoiar e proteger as famílias em situação de risco, o Governo prevê erguer, nos próximos tempos, mais cinco mil moradias, em três centralidades: Cabinda (três mil residências), Cunene (mil) e Bengo (também mil) ", afirmou.

Vendas

O processo de venda de habitações, nas diversas centralidades do país, retoma a partir do primeiro trimestre de 2022, após a conclusão das obras das infra-estruturas internas e externas dos respectivos projectos habitacionais. Nos primeiros três meses de 2022, o sector antevê concluir e, conseqüentemente, colocar à disposição dos cidadãos as moradias de diversas tipologias das urbanizações do Bailundo (Huambo), com três mil casas, e Luena (Moxico), que tem 425 residências.

A conclusão das empreitadas e posterior comercialização das residências inclui, também, as urbanizações do Cuito (Bié), com 398 habitações, do Kalawenda (Cazenga - Luanda), com 368 casas e algumas moradias vandalizadas e em reabilitação na Centralidade do Capari (Bengo). Face à pressão da procura habitacional, em 2022 haverá pouca oferta de residências nas referidas urbanizações, particularmente em Luanda, província com maior procura.

Conforme detalhou, quer as mais de duas mil habitações vandalizadas e confiscadas pelo Estado, na urbanização Vida Pacífica, no Zango o, quer as casas do projecto KK 5800, no Kilamba, vão obedecer a

um concurso público, para efeito de reabilitação. Ou seja, as residências dos dois projectos habitacionais serão reabilitadas por via de um concurso público, a ser conduzido pelo Fundo de Fomento Habitacional (FFH). Quanto à Centralidade do Capari, na província do Bengo, está a ser intervencionada, através do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), e tão logo esteja concluída, provavelmente no primeiro trimestre do próximo ano venha a estar disponível para receber novos inquilinos.

TERRA

6.8 Namibianos ocupam terras ilegalmente e praticavam caça furtiva

Novo Jornal

10 De Dezembro 2021

Um número não determinado de fazendeiros namibianos ocupa ilegalmente várias parcelas de terras aráveis na zona Leste do município de Namacunde, província do Cunene, noticiou a Rádio Nacional de Angola.

Segundo a estação emissora, no seu jornal da tarde de terça-feira, 07, fazendeiros oriundos do país vizinho entraram em território angolano para a transumância de gado, mas acabaram por se fixar de forma definitiva na região.

Para além da ocupação de terras, os invasores estão a praticar a caça furtiva e a colecta de frutos silvestres, avança a rádio, citando as autoridades locais, sublinhando que no Leste do município de Namacunde, as populações da República da Namíbia se apoderam quase completamente do território.

A partir do Catope, os namibianos implantaram as suas fazendas, cercaram todas as matas tradicionais da transumância do gado a nível do Cunene, onde há anos mantêm os seus animais, produzem massango e a massambala em grande escala, cereais que são depois transportados para a Namíbia, acrescenta a fonte.

Denunciou ainda o abate indiscriminado de animais selvagens, sendo que os namibianos usam o País como se fosse deles.

"Temos aqui imagens que podem confirmar a sua presença. O cerco de fazendas, a reorganização de novas fazendas e estão a transportar até frutos silvestres, como o maboque, para a Namíbia.", disse.

A administradora municipal de Namacunde, Feliciano Namaiamuno, confirma a ocorrência e assegura a tomada de medidas para a inversão desse quadro.

"Tivemos a oportunidade de observar a presença de muitos terrenos ocupados. Em alguns destes terrenos há possibilidade de entrar, mas em alguns espaços não conseguimos entrar. O que se identifica e o que se nota é que eles estão a cultivar à vontade, estão a tratar das suas lavras à vontade, estão a cercar matas e matas e hectares e hectares de terreno, é muito complicado a ponto de não deixar um espaço para os

outros que saem do interior com os seus animais também à procura de pasto nessas regiões", frisou.

"Acho que esse assunto não pode envolver simplesmente a administração municipal. Aí requer já a intervenção de muitos mais serviços, mas a única conclusão a que chegamos de forma rápida é só mesmo a implantação dos serviços da polícia".

Por seu lado, a comandante municipal da Polícia em Namacunde, Maria Helena Epalanga, considerou preocupante o quadro e revelou que nestas fazendas os angolanos têm sido usados como mão-de-obra barata. "O que se passa naquela área é muito preocupante. Aquelas localidades estão a ser invadidas pelos namibianos numa escala muito elevadíssima. Os angolanos trabalham para os namibianos em condições péssimas e dentro do seu próprio território", referiu.

6.9 Governo uniformiza concessão de terrenos

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2021

Texto: Rafael Tati

O Governo vai uniformizar o processo de concessão de terrenos e cadastros para travar as construções desordenadas no país, como principal desafio para 2022, baseando-se na revisão da Lei de Terra e Ordenamento para imprimir maior rapidez no processo, anunciou segunda-feira (27) o vice-governador de Luanda, engenheiro Cristino Daitunga.

Falando na abertura do seminário metodológico sobre o processo de concessão de terrenos e cadastros, destacou que a implementação deste princípio vai ajudar a acelerar o tratamento e cedência de espaços, sobretudo, em Luanda.

De acordo com Cristino Daitunga, além da uniformização de ideias, há necessidade de se organizar com base na lei o preenchimento dos títulos. "Consideramos importante continuarmos a esclarecer aos agentes públicos e ao público em geral sobre eventos que têm a prerrogativa de intervir no tratamento dos processos de concessão de terra e as competências que cada um deles tiverem, visando evitar perdas de tempo na obtenção de documentos que, finalmente, não possam ter validade legal", disse.

Por seu turno, o director-geral do Instituto Geográfico Cadastral de Angola, José Januário, negou a existência de invasão e ocupação de terrenos, principalmente, no Sequele, município de Cacucaco,

em Luanda, esclarecendo que este fenómeno de ocupação e invasão de terrenos alheios é nacional, mas reforçou que há uma comissão para combater tal prática recorrente no país.

"A ocupação e invasão de terrenos alheios é fenómeno nacional. Portanto, estamos a tentar arranjar mecanismos para combater este fenómeno. Acho que temos que ter noção, porque ao recebermos estes terrenos temos que pisar o terreno e conceber o mesmo. Mas, quando eles não utilizam existe, há apetência de outros invadirem os terrenos alheios", informou.

José Januário reiterou que ao nível do país estão a ser criados mecanismos para combater o fenómeno e adiantou que para 2022 a Lei de Terra está a ser revista. "Tudo o que nós não conseguimos passar na lei actual, faremos para que nesta revisão se faça alguma coisa para que se torne mais consentânea a ocupação destes terrenos", disse o responsável à margem de um seminário metodológico, dirigido aos técnicos das administrações municipais sobre o processo de tratamento e concessão de terrenos e cadastros.

6.10 Ordenamento do território

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2021

Variadas vozes têm procurado alertar sobre as consequências do crescimento desordenado de novos bairros por via da construção igualmente desregrada, cujos efeitos há muito que são visíveis inclusive em circunscrições administrativas recém-criadas.

Há bairros novos cuja tipologia assemelha-se exactamente ao de velhos subúrbios das periferias das grandes cidades do país, uma realidade que precisa de ser revertida sob pena de, em vez do processo de urbanização, assistirmos a uma "ruralização" das comunidades.

A necessidade de ordenamento do território e de planeamento urbanístico já há muito que peca por tardia na medida em que seria para ontem, definitivamente, evitar-se que se que construíssem mais habitações desordenadas.

Embora tenhamos a Lei de Terra e Ordenamento, como de resto sucede com numerosa legislação, o processo que envolve a sua regulamentação, quer ao criar-se o diploma ordinário, quer ao efectivar aquela última, assistimos ainda a grandes incumprimentos. Basta ver a forma como a ocupação e uso de terrenos em muitas partes do país continua a ocorrer, não

raras vezes, ao completo arrepio da Lei de Terra e Ordenamento.

Daí o facto de o Executivo ter assumido recentemente, como um dos principais desafios da revisão da referida lei, a iniciativa de uniformizar o processo de concessão de terrenos e cadastros para travar as construções desordenadas no país.

Trata-se de uma boa novidade que, tal como as diligências que envolveram a elaboração de algumas leis, a sua aplicação prática e agora, no caso da Lei de Terra e Ordenamento, a sua revisão, insistimos que se imponha a necessidade de uma rigorosa implementação, monitoria e controlo.

A forma de ocupação dos solos, particularmente no que a construção de casas diz respeito, é relevante não apenas para permitir a ocupação útil da terra e que cada família tenha uma casa condigna, mas também para viabilizar o desenvolvimento sustentável e assegurar a qualidade de vida.

Independentemente das nossas condições económicas, urge evoluirmos para um quadro em que a ninguém seja mais permitido erguer casa sem o cumprimento de um conjunto de pressupostos que inviabilizem a "desordem urbanística", entre estes a localização, o loteamento, alguma infra-estrutura, o levantamento topográfico ou croquis de localização, entre outras exigências.

As exigências legais para a obtenção de terreno e para o primeiro passo na construção de uma casa em qualquer espaço, devida e legalmente cedido pelas entidades competentes, serviria também como espécie de barreira para ao crescente fenómeno de ocupação e invasão de terrenos alheios.

Agora, é necessário engajar outras sensibilidades para se "cozinhar" um instrumento legal que verdadeiramente venha servir às famílias e, fundamentalmente, aos objectivos do Estado na cruzada contra as construções desordenadas à volta das sedes das capitais das 18 províncias. Haja ordenamento territorial.

7. SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Defendida a construção de sistemas de abastecimento de água no Cunene

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2021

A construção de uma barragem no rio Caculuar, bem como de sistemas de abastecimento de água para as comunas de Cahama e Otchinjau, a partir da captação da Cova do Leão, são algumas sugestões apresentadas, ontem, durante uma consulta pública para busca de soluções para a mitigação dos efeitos da seca e segurança hídrica nos municípios do Curoca e Cahama na província do Cunene

De acordo com uma nota do Ministério da Energia e Águas, os participantes defenderam que a barragem a ser construída no rio Caculuar deve ter 17 metros de altura, com capacidade de armazenar 25 milhões de metros cúbicos de água.

Foi, igualmente, recomendada a construção do sistema de abastecimento de água para a comuna de Oncócuá, a partir da execução de furos de captação, sistema de abastecimento de água para a comuna de Chitado, a partir da captação do rio Cunene, bem como a reabilitação de nove pequenas barragens de retenção de água e de assoreamento no município do Curoca.

Abastecimento de água

A nota do Ministério da Energia e Águas refere que o projecto apresentado abrange cerca de 9 mil ligações domiciliárias, 7 mil ligações por torneiras de quintal e 250 chafarizes de 4 torneiras, todos abastecidos por mais de 67 quilómetros de rede de distribuição. Para garantir a viabilidade e reforçar a sustentabilidade das soluções, acrescenta, o projecto prevê, ainda, a implantação de sistemas fotovoltaicos para o abastecimento de energia às infra-estruturas, bem como a sua manutenção e operação por um período de dois anos, pelo empreiteiro.

Prevê-se, ainda, a contratação e capacitação de uma equipa técnica dedicada à futura operação e manutenção, garantindo a longevidade das intervenções.

As obras terão duração de 28 meses e irão gerar cerca de 1.400 empregos directos.

"As soluções a se terem em conta têm como principal objectivo melhorar a qualidade de vida da população

da região, possibilitando o acesso à água potável de qualidade a mais de 130 mil pessoas das referidas localidades", sublinha o documento enviado ao Jornal de Angola.

Prevê-se, também, atingir, no horizonte previsto do projecto, mais de 240 mil pessoas, bem como garantir a sustentabilidade da criação de mais de 30 mil cabeças de gado bovino e caprino.

As acções em estudo terão, igualmente, impacto na redução do abandono escolar, na promoção da indústria, do comércio e do turismo na região. Este programa emergencial será financiado pela linha de crédito da Gemcorp, tendo como dono da obra o GABHIC e entidade coordenadora a BDM Engenharia.

A consulta pública, presidida pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, foi realizado no âmbito do programa de acções dos projectos estruturantes para o Combate aos Efeitos da Seca no Sul do país, aprovado pelo Decreto Presidencial 167/19, de 4 de Outubro. Energia eléctrica

O soba grande do Curoca questionou a possibilidade de estar dentro do projecto o sistema de ligação de energia eléctrica, pois, disse, a população local sente-se, cada vez mais, prejudicada com a falta de corrente eléctrica.

O ministro João Baptista Borges disse que o agravamento das condições climáticas tem causado sérios danos sociais e económicos, como êxodos populacionais, riscos de segurança alimentar e impactos na população agrícola e pecuária, sendo que o problema de energia vai se resolver tão logo as barragens estejam concluídas.

Um outro assunto levantado no encontro tem a ver com o estudo de impacto ambiental a ser feito naquela região do Cunene. João Baptista Borges esclareceu que o estudo justifica-se para que, quando entrarem em acção as obras, não venham a trazer prejuízos à população local, pois a missão deste projecto é de melhorar a qualidade de vida da população dos municípios do Curoca e Cahama.

Durante o acto de apresentação pública, foram ouvidas as intervenções da sociedade civil, autoridades tradicionais e académica que levantaram questões e sugestões importantes para se acabar com a seca cíclica.

7.2 Comunidades satisfeitas com projectos de água

Jornal de Angola

3 De Dezembro de 2021

As comunidades dos municípios de Curoca e Cahama receberam com satisfação os projectos estruturantes de abastecimento de água às zonas da margem direita do rio Cunene, durante um acto de consulta pública, na última quarta-feira.

Trata-se do projecto de construção da barragem hídrica da Cova do Leão sobre o rio Caculuvale, desassoreamento de nove represas e construção de sistema de captação através de furos artesianos em Oncócuca e captação de água através do rio Cunene em Chitado.

A apresentação das propostas aconteceu na sede municipal de Curoca, Oncócuca, e contou com as presenças do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, da governadora do Cunene, Gerdina Didalelua, dos administradores dos municípios do Curoca e da Cahama, autoridades tradicionais, membros da sociedade civil e populares. Para o soba grande de Oncócuca, Joaquim Mutchila, a melhor solução para os graves problemas de falta de água do Curoca devem ser a captação do líquido no rio Cunene, a partir da zona do Monte Negro, a cerca de cinquenta quilómetros da sede municipal.

O responsável tradicional disse que a intenção da recuperação de chimpacas feita na era colonial e a abertura de novos furos de água acabam por ficar condicionada às chuvas na região.

O soba falou também do projecto em torno da barragem da Cova do Leão. Para ele, espera-se que o mesmo venha beneficiar, quer a comunidade Cahama, quer do Curoca, nas mesmas proporções.

Já Baptista Kamukuva, soba da localidade de Ombwa, Curoca, também aponta a água do rio Cunene como uma boa solução. Disse que a população local precisa de água não só para o consumo humano e para o gado, mas também para a prática da agricultura, uma vez que quase já não chove ultimamente

Contribuições acolhidas

As contribuições apresentadas foram bem acolhidas, assegurou o ministro da Energia e Águas. João Baptista Borges sublinhou que o objectivo é encontrar melhores soluções para um problema bastante antigo que afecta esta região, que é a falta de

água. "Temos orientações do Presidente da República para que se resolvam as dificuldades de água da margem direita do rio Cunene", sublinhou o ministro, para acrescentar que "por esta razão elaboramos este projecto que é ainda preliminar, que discutimos convosco e no final ouvimos contribuições que são muito valiosas. Domingos Calucipa | Curoca

7.3 Chuva deixa várias zonas com carência de água potável

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2021

Vinte e duas zonas da cidade de Luanda estão privadas do abastecimento de água potável, devido às chuvas registadas nos últimos dias.

Uma nota da Empresa Pública de Águas (EPAL), divulgada, ontem, pela Angop, dá conta que as chuvas afectaram uma das condutas de transporte e distribuição de água, a partir da Estação de Bombagem de Cassaque para o canal superior que alimenta as Estações de Tratamento de Luanda Sul, Luanda Sudeste, Kikuxi 1 e Kikuxi 2.

A instituição indica que, em função da ocorrência, estão sob restrição os bairros da Maianga, Alvalade, Samba, Cassenda e Neves Bendinha.

Estão, igualmente, abrangidas as zonas do Mártires de Kifangondo, Cassequel, Miramar, Rangel, Sambizanga, Vila Alice, Kinaxixi, Marçal, Ilha do Cabo, Viana, Camama, Golfe, Vila Estoril, 28 de Agosto, Urbanização Nova Vida, Talatona, Patriota e Benfica.

A EPAL pede compreensão aos consumidores, comprometendo-se, em breve, em repor o normal abastecimento de água.

7.4 Sistema de água do N'zagi reforçado no próximo ano

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2021

Texto: Victorino Matias

O sistema de abastecimento de água da vila mineira do N'zagi, município do Cambulo, na Lunda-Norte, vai ser reforçado, no próximo ano, com a construção de infra-estruturas de apoio ao seu funcionamento, anunciou terça-feira, no Dundo, o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Pública local de Águas e Saneamento.

André Camilo avançou que o projecto prevê o alargamento da rede de distribuição, construção de chafarizes e outras infra-estruturas de crucial importância para o funcionamento do sistema.

Sem adiantar a capacidade do sistema, o gestor admitiu que os habitantes da vila do N'zagi enfrentam muitas dificuldades para terem acesso à água. Por isso, um dos principais projectos traçados pela empresa, para o exercício económico de 2022, tem a ver com a conclusão das obras complementares de reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de águas do Dundo.

A referida empreitada, que engloba, também, a localidade do N'zagi, já foi adjudicada a uma empresa especializada na execução de projectos estruturantes de sistemas modernos de água potável, afirmou André Camilo

As sedes municipais do Capenda-Camulemba e do Caungula, incluindo a localidade de Cafunfo, município do Cuango, constam, igualmente, das prioridades da empresa, com acções concretas voltadas para a construção de novos sistemas de abastecimento.

André Camilo anunciou, ainda, a recuperação da captação de água do Mussungue e a reparação ou aquisição das electrobombas do Luachimo e da estação desta última, no Dundo.

O combate ao desperdício de água com o tamponamento de mais de 20 torneiras clandestinas na Urbanização do Mussungue, cortes de ligações ilegais no Bairro Norte e a reparação de rupturas nas redes das zonas habitacionais no Caxinde e centro urbano do Dundo foram algumas das actividades desenvolvidas, em 2021 Milhares de novas ligações

Além da criação de uma equipa de mobilização social, para a conservação dos chafarizes, o projecto visa a instalação de 15 mil novas ligações domiciliárias, em bairros de zonas periurbanas da cidade do Dundo.

Consta ainda do projecto a expansão de agências comerciais para o atendimento aos clientes, nos municípios do Lucapa, Cuilo e Xá-Muteba.

Explicou que a construção de 15 mil novas ligações domiciliárias do Dundo, com um alcance de 150 quilómetros, está inserida na segunda fase de implementação do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), financiado pelo Banco Mundial.

O PCA informou que, em 2021, a cobertura de abastecimento de água potável conheceu uma subida de 21 por cento. Este incremento resultou da entrada

em funcionamento dos novos sistemas, construídos nas sedes municipais do Chitato (Dundo), Lucapa, Cuilo, Xá-Muteba e Lubalo, num total de 430 mil metros cúbicos produzidos mensalmente.

Principais constrangimentos ao longo deste ano, André Camilo disseram que a empresa registou uma ruptura do adutor da Estação de Tratamento de Águas (ETA) do Mussungue, o que reduziu o caudal de captação em cerca de 4.800 metros cúbicos mensais.

Essa situação provocou o aumento do consumo de reagentes, concretamente o sulfato de alumínio.

O PCA mencionou, também, a avaria de dois grupos geradores na captação do Luachimo, em Novembro, a vandalização de torneiras do sistema de rega de jardins da Urbanização do Mussungue e o incumprimento no pagamento por parte dos clientes.

7.5 Operadores de resíduos queixam – se das condições do aterro sanitário

Jornal Expansão

17 De Dezembro de 2021

Texto: Telma Van - Dúnem

As empresas que actuam no sector de gestão de resíduos reclamam da falta de condições do aterro sanitário de Luanda, nos Mulenvos. Ao Expansão, os operadores foram unânimes a afirmar que o local onde é depositado o lixo não goza de bom estado de conservação, carece de tratamento e deve ser vedado. Alegam que as condições do aterro não permitem o bom acondicionamento e manuseio dos resíduos colhidos pelas operadoras.

Para Hélder Bento, funcionário de uma operadora de recolha de resíduos, o facto de o perímetro não ser fechado faz com que a população invada o local, dificultando a actividade das operadoras. Acrescenta também que, é importante a separar os resíduos para que haja melhor aproveitamento do lixo ali depositado. Outra queixa dos operadores tem a ver com a demora na aquisição de licenças para o exercício das suas actividades. As reclamações foram apresentadas à Agência Nacional de Resíduos (ANR) durante uma auscultação realizada recentemente. Das 192 empresas registadas como operadoras de resíduos e a operar nos diferentes sectores (petrolífero, não petrolífero, hospitalar e mineiro), apenas 45 firmas participaram no encontro, onde também pediram diferenciação entre as empresas de transporte de resíduos e as operadoras de gestão de resíduos.

A directora do gabinete jurídico da ANR, Cláudia Pedro, diz ter conhecimento das condições do aterro e menciona que se está a trabalhar para uma gestão adequada do local.

De realçar que o Despacho Presidencial n. o 34/21 de 24 de Março aprovou o concurso público por prévia qualificação para a concessão e gestão do aterro dos Mulenvos, que será implementado numa modalidade de parceria público-privada. Uma das obrigações dos concorrentes é ter uma capacidade financeira de 75 milhões USD.

Resíduos já vão para o exterior

Para além dos resíduos que são comercializados no mercado nacional, para indústrias vocacionadas para a reciclagem, outros resíduos passíveis de serem transportados já são comercializados no exterior, garantiu Cláudia Pedro.

Os resíduos destinados ao mercado internacional são o papel, plástico, vidro, metal ferroso, (ferro fundido, ferro e aço carbono). Fazem também parte da lista o metal não ferroso (cobre, bronze, alumínio, chumbo), bem como os resíduos de construção e demolição, nomeadamente, a sucata, matéria orgânica, óleo mineral, óleo vegetal, bateria seca, pneus, pilhas e acumuladores usados, equipamentos eléctricos e electrónicos, avançou a responsável. Todavia, a exportação destes resíduos depende das quotas anuais fixadas por decreto executivo conjunto dos ministros da Indústria, Comércio e da Cultura, Turismo e Ambiente, referiu.

Segundo Cláudia Pedro, no encontro foi também apresentada a nova tabela de taxas a cobrar pelos serviços prestados pela ANR, recentemente aprovadas. De acordo com o Decreto Executivo Conjunto n. o 52/21 de 15 de Outubro, as taxas e emolumentos serão cobradas pela A R, sendo que 60% reverterão a favor da instituição e 40% a favor do Tesouro Nacional. Os valores variam entre 100.285 Kz a 466.651 Kz, o valor da taxa depende da dimensão geográfica da empresa. As taxas serão cobradas de cinco em cinco anos, com a possibilidade de pagamento em até três prestações, num intervalo de até 180 dias.

7.6 Centenas de munícipes removem resíduos sólidos

Jornal de Angola

5 De Dezembro de 2021

Texto: Alberto Quiluta

Centenas de munícipes, operadoras de recolha de resíduos sólidos e empresas de construção civil participaram, sábado (4), numa campanha de limpeza, promovida pelo Governo Provincial de Luanda.

Segundo o vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Edson Cruz, foram identificados mais de 16 focos de lixo, em três pontos específicos, entre os quais a linha férrea, entre o Distrito Urbano do Sambizanga ao município de Viana, bem como nos distritos do Zango e Calemba 2.

Acrescentou que a campanha de limpeza se realiza periodicamente na capital do país, no intuito de eliminar os grandes focos de lixo e incutir nos munícipes o espírito de cidadania, de modo a que se tornem partícipes na limpeza das zonas onde residem.

Durante a campanha foram retiradas grandes quantidades de lixo ao longo de 23 quilómetros do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL).

Segundo o administrador para a Área Técnica do CFL, Manuel João Lourenço, a campanha de limpeza surge numa boa altura, porque "no troço Bungo/Baia, que corresponde 23 km, temos dificuldades em circular, devido às grandes quantidades de lixo".

Acrescentou que muitas vezes as locomotivas têm que parar para retirar os resíduos sólidos que se encontram na linha férrea. "O pessoal em serviço já anda com pá, picaretas e enxadas e onde existir lixo o comboio tem que parar para fazerem serviços paliativos de remoção", desabafa.

Manuel João Lourenço explicou que os pontos mais preocupantes encontram-se nos distritos urbanos do Rangel, Sambizanga, zona da Gamek e no município de Viana, onde os mercados estão paralelamente à linha férrea e os utentes depositam nela os resíduos sólidos.

O responsável do CFL lembrou também que o lixo ao longo da linha férrea pode provocar o descarrilamento do comboio e causar danos incalculáveis. Aconselhou as comunidades a não depositar resíduos sólidos ao longo da linha férrea.

Manuel João Lourenço informou que o Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) mobilizou técnicos e meios, com destaque a uma locomotiva e sete vagões incorporados, para apoiar a campanha organizada pelo Governo Provincial de Luanda.

7.7 A 15 dias do fim dos contratos GPL ainda não lançou concurso

Jornal Economia e Finanças

17 De Dezembro de 2021

Texto: Miguel Gomes

Os contratos emergenciais assinados em Março com seis empresas privadas e uma pública (a Elisal) para a limpeza e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) na província de Luanda terminam a 31 de Dezembro. Até ao momento o Governo Provincial de Luanda (GPL) não divulgou oficialmente informações sobre a realização de um novo concurso público

Todas as fontes consultadas pelo Expansão alertam que já não será possível concluir e lançar o concurso até ao final do mês de Dezembro, realidade que coloca duas opções em cima de mesa: ou são estendidos os contratos actualmente em vigor ou a prestação de serviços de limpeza pública e recolha de lixo vai ser interrompida nos primeiros dias do ano, com consequências nefastas para os munícipes, especialmente na época chuvosa

Fonte do GPL refere também que devem ser introduzidas algumas alterações no modelo vigente tendo em conta o Plano Provincial de Limpeza Urbana, publica do no Decreto Presidencial nº 106/16, e o regime jurídico que regulamenta a cobrança de taxas de serviços de limpeza (Decreto Presidencial nº 107/16). No fundo, o objectivo é definir melhor o papel das administrações municipais (que devem sair reforçadas), do GPL e das próprias operadoras.

Uma fonte ligada ao Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente explicou ao Expansão que desde Outubro, pelo menos, que o GPL está efectivamente a trabalhar no concurso público para a contratação de serviços de limpeza e que, naquela altura, a previsão apontava para o seu lançamento durante o mês de Novembro. "Neste momento não sabemos em que fase está, no entanto posso dizer que todas as

conversas apontavam para a implementação do modelo previsto no decreto n.º 106/16", sublinha

Foi possível confirmar que o processo está de facto em andamento, segundo fonte do GPL, mas sem uma data para a concretização de todos os procedimentos necessários. O Expansão sabe que ainda não foram redigidos os futuros contratos para incluir no concurso, o que será mais um sinal do atraso que envolve a contratação de serviços de recolha de RSU na província de Luanda.

"Os concursos até podem ser lançados em 15 dias mas o restante procedimento leva mais tempo e muito dificilmente o GPL consegue fazer isso até ao final do ano disse uma fonte do Ministério das finanças

Em relação às operadoras que estão actualmente em serviço, até ao momento não têm informações precisas sobre o futuro. "Ao nível da administração municipal fala-se da possível continuidade até à realização dos concursos. A empresa está disponível para continuar", sublinha o gestor de uma das operadoras em actividade na província de Luanda.

Apesar de estes acordos terem sido contratualizados através do primeiro concurso emergencial com respaldo na nova lei dos Contratos Públicos, podem ser renovados por período igual ao anterior, desde que esta possibilidade esteja prevista no primeiro contrato, sempre com as mesmas condições.

Também podem ser estendidos com base numa adenda assinada entre as partes e com as condições devidamente aceites. Fonte da operadora consultada pelo Expansão afirma que "em relação às condições para a extensão" logo se vê o que vai suceder. E confirmou que, até ao momento, "os pagamentos estão a ser feitos", ao contrário do que sucedeu noutras ocasiões em que o GPL acumulou dívidas "astronómicas".

A crise na gestão de RSU em Luanda arrasta-se desde Dezembro de 2020, quando o GPL anunciou a suspensão dos contratos com empresas de limpeza e recolha de lixo por incapacidade de liquidar uma dívida de 246 mil milhões kz. A ministra das Finanças recordou em Abril que o modelo anterior era "insustentável" e foi necessário repensá-lo por que o Estado não tinha recursos financeiros para o manter. Isto porque os contratos eram indexados a moeda estrangeira numa altura em que o kwana depreciou brutalmente.

A entrada das novas operadoras, em Março, reduziu os focos de lixo nas principais artérias da capital. Mas

basta percorrer as ruas secundárias e terciárias para encarar as montanhas de resíduos por recolher.

Angola perdeu quase 80% da receita fiscal petrolífera em dólares

7.8 Jornal Economia e Finanças

17 De Dezembro de 2021

Texto: Miguel Gomes

A recolha de lixo em Luanda ganhou novos rostos no início de Abril com a escolha, em concurso público, das novas operadoras. Ana Paula dos Santos, Danilo dos Santos, General Dino e António Mosquito estão directamente ou indirectamente ligados a algumas das seis empresas privadas que, juntamente com a pública Elisal, foram seleccionadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL) para operar até 31 de Dezembro de 2021.

A edição 618, de 2 de Abril, contava também que o custo total dos contratos atingia os 34,8 mil milhões kz e que apenas a repetente Sambiente e a pública Elisal constam da lista de 131 empresas autorizadas pela Agência Nacional de Resíduos a desenvolver actividades na área de gestão de resíduos.

Todo o processo de selecção ficou marcado pela controvérsia, desde a titularidade dos novos operadores, passando pela não homologação dos contratos pelo Ministério das Finanças e pela intromissão da presidência da República. Os factos demonstram que a recolha de resíduos sólidos na província de Luanda como em boa parte do País - piorou nos últimos anos, com a maioria das ruas e bairros a acumular todo o tipo de dejectos e sem saneamento básico.

Relativamente à titularidade das empresas que operam em Luanda, a estreade Er Sol tem como accionistas Danilo dos Santos e Vanda Macedo, irmã da ex-primeira-dama Ana Paula dos Santos e ficou com a responsabilidade da limpeza e recolha de resíduos no município do Icolo e Bengo. O accionista maioritário é a empresa SANTO que, por sua vez, tem como accionista (96%) António Carlos de Oliveira, figura importante na constituição do grupo Cochán e que em 2014 cedeu a totalidade da sua participação (70%) ao general Dino.

No município de Talatona, a comissão de avaliação escolheu o consórcio constituído pelas empresas Dassala e Envirobac.

A Dassala, constituída em 2004 com um capital social de 3 milhões kz e tem como accionistas Alberto Adelino Dassala (86,67%) e os filhos Ernandes

Euclides Evaristo Avelino Dassala e Stenley Leandro Dassala.

Quanto à outra parte do consórcio, a Envirobac tem como accionistas a sul-africana Enviro serv Waste Management (51%) e a angolana Bacatral- Sociedade de Transportes constituída em 2000 e que tem como accionistas o empresário António Mosquito (75%) e Eduarda Nakunjuka Martinho Pindali (25%).

Noutro ponto da província, o Kilamba Kiáxi ficou a cargo da empresa Chay Chay, que tem como accionistas Jorge Pedro Bastos (80%) e os seus filhos Hermenegildo Pedro Bastos e Dário Pedro Cristóvão Bastos, que na altura da constituição da empresa, em 2008, tinham 9 e 6 anos de idade.

No município de Cacucaco a escolha recaiu na empresa Multi-Limpeza, criada em 2012 com um capital social de 100 mil kz. Esta sociedade tem como accionistas Lude da Fonseca (70%) e Joaquim António da Fonseca (30%)..

Da Jump Business, indicada para o município de Belas, pouco se sabia à data do concurso. Recorrendo ao Diário da República verifica-se que foi criada em 2014 e tem como sócios João Nelson Pemo Capita e Alberto dos Anjos Capita Tomás, cada um com 50% do capital social.

Entre as empresas escolhidas, apenas a Sambiente transitou do modelo anterior: manteve o município da Quissama, ganhou Viana, mas perdeu o Icolo e Bengo. Criada em 1995, em 2018 aumentou o capital social tendo a SAN- SUL (70%) - que é também a accionista maioritária do Banco Sol, criada em 1995 e detida em 99% pela GEFI, a holding do MPLA - saído da estrutura accionista. Assim, Francisco Raimundo Pinheiro (70%) juntou-se a José Sachango (30%) que já está na estrutura accionista desta empresa desde a sua constituição.

A empresa pública Elisal ficou com a responsabilidade da limpeza e recolha de resíduos sólidos nos municípios de Luanda e Cazenga. Entretanto, o GPL anunciou em Outubro a rescisão dos contratos com as empresas Multi-Limpeza e Jump Business, com a Elisal a assumir os trabalhos nas referidas circunscrições.

7.9 Saneamento básico reforçado na Caála

Jornal de Angola

11 De Dezembro de 2021

Texto: Justino Victorino | Huambo

O município da Caála, província do Huambo, conta desde a passada quinta-feira, com novos equipamentos para recolha de resíduos sólidos.

Trata-se de um camião basculante, um tractor, 20 contentores, 130 carros de mão, três motorizadas de três rodas, vassouras, enxadas, catanas, luvas, pás, botas, entre outros meios.

O administrador municipal da Caála, Ruben Etome, em declarações ao *Jornal de Angola*, explicou que os equipamentos foram adquiridos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com um financiamento acima dos 130 milhões de kwanzas.

Com a aquisição dos novos equipamentos, apontou, espera-se que do ponto de vista do saneamento, a imagem do município seja melhorada.

O governante incentivou a participação activa da população, na melhoria do saneamento básico, de modo a facilitar o trabalho das operadoras ou brigadas de limpeza especializadas.

Administração pretende cobrar taxa de lixo

Ruben Etome disse, que a Administração Municipal da Caála, tenciona implementar a cobrança da taxa de recolha de lixo, com incidência nos estabelecimentos comerciais e industriais, uma medida que tem como objectivo principal, manter a cidade limpa e envolver os agentes económicos, no processo de higienização, com o intuito de prevenir os municípios de doenças como a malária.

O município da Caála, que dista a 23 quilómetros da sede capital do Huambo, com uma densidade populacional de mais de 331 mil e 23 habitantes, regista uma recolha diária de aproximadamente cinco toneladas de lixo.

8. GÉNERO E VIOLENCIA

8.1 País registou mais de mil crimes de abuso sexuais

Novo Jornal

10 De Dezembro de 2021

Mil e 229 crimes de abusos sexuais, dos quais 858 cometidos no interior de residências e 371 na via pública, foram registados em 2021 no País, fruto das denúncias aos piquetes da Polícia.

Os dados foram apresentados esta semana, em Luanda, pela chefe do Departamento de Segurança Pública e Operações da Polícia Nacional, superintendente Lúcia Soares Reis, durante a Conferência Internacional dos Direitos Sexuais e Reprodutivos de Mulheres e Meninas, uma iniciativa da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Sem comparar os dados do ano anterior, Lúcia Soares Reis disse que 77% dos agressores são pessoas conhecidas e próximas das vítimas e realçou tratar-se de um número que não reflecte a realidade devido às fracas denúncias resultantes da sensação de vergonha e do receio do julgamento social.

A responsável revelou ainda que, na maioria dos casos de violência sexual, existe uma relação entre o agressor e a vítima, muito deles pertencentes à mesma família, sendo que os homens não são os únicos que praticam tal acto, havendo também mulheres e adolescentes que cometem agressões sexuais.

No encontro, apelou-se para a necessidade de se reflectir sobre o contexto actual de Angola, que enfrentar grandes desafios, como violência, assédio sexual, acessibilidades do planeamento familiar para todas as mulheres, casamentos prematuros e pouca informação sobre o direito ao corpo, uso de anticonceptivos e direito ao aborto.

8.2 “Assaltantes estão sempre á espreita” no bairro Bié

Jornal Luanda

10 De Dezembro de 2021

Texto: João Pedro

As viagens pelas vias que levam ao bairro Bié são marcadas pelo medo. A falta de iluminação pública

facilita a acção dos bandidos, que espalham o pânico entre passageiros, motoristas e "kupapatas", com disparos e ameaças de morte.

" A via que fica entre uma agência bancária, na avenida 21 de Janeiro, e o bairro Bié está entre as mais visadas pelos marginais. Os delinquentes actuam, quase sempre, à noite e em zonas sem a presença dos agentes da Polícia Nacional. Quem já foi vítima das suas acções conta que eles são violentos e abordam as pessoas quase "a matar", ou seja, com uma sequência de tiros. Para fugir, após consumado o acto criminoso, contam com o apoio de comparsas a bordo de motorizadas.

Na última semana, nessa via, contam os moradores, ocorreram 10 assaltos. Mas, segundo uma fonte da Polícia Nacional, houve o registo de oito ocorrências. Segundo a nossa fonte, os marginais atacam sempre em grupo e os moradores e "kupapatas" são presas fáceis, pois assaltantes têm acesso aos horários das viagens.

Devido à insegurança, há "kupapatas", que, à noite, evitam levar passageiros ao bairro Bié. Manuel José, que exerce a actividade moto taxista há mais de quatro anos, é um deles. À reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda lembra que já houve um tempo em que era circular no bairro, mas, actualmente, aumentou, de forma drástica, o índice de roubo de motorizadas.

"Levamos passageiros para vários locais, como Kífica, Praça do Areal e outros onde achamos e outros onde achamos haver alguma segurança. O único sítio onde evitam lá ir, principalmente à noite, é no bairro Bié. Lá, os assaltantes estão sempre á espreita, porque gostam de receber o nosso dinheiro e, em muitos casos, até mesmo as motorizadas", conta.

Há duas semanas, lembra, perseguiram dois marginais que haviam roubado uma motorizada. Um dos assaltantes acabou por ser queimado na denominada rua do "Bento Raimundo", nas imediações do mercado do Kífica.

Apesar de visivelmente agastado com o comportamento dos jovens do bairro Bié, "que todos os dias estão sentados na rua a consumir bebidas alcoólicas, à espera das suas vítimas", Manuel José exorta-os a fazer um curso profissional para serem úteis à sociedade.

Morador do bairro Bié há 15anos, Ernesto Vieira recorda as duas horas que ele e a família ficaram sob poder de cinco marginais fortemente armados. "Lembro como se fosse hoje. Foi dia 5 de Setembro.

Já era madrugada. Os marginais saltaram o quintal da casa e começaram a fazer tiros. Ouvi sete tiros. Soube logo que era assalto. Eu e a minha família deitamos no chão, três entraram e outros dois ficaram fora a fazer cobertura", lembra.

Durante as duas horas, a família sofreu ameaças de morte. Ernesto diz ter levado coronha das na cabeça. Os bandidos levaram dinheiro, electrodomésticos e botija de gás.

"Pensei que fôssemos morrer, por isso, desde então, não tenho mais paz. Fico com medo só de pensar ser novamente vítima de assalto, porque o risco é iminente", admite.

9. AMBIENTE

9.1 Defendida a construção de sistemas de abastecimento de água no Cunene

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2021

A construção de uma barragem no rio Caculuar, bem como de sistemas de abastecimento de água para as comunas de Cahama e Otchinjau, a partir da captação da Cova do Leão, são algumas sugestões apresentadas, ontem, durante uma consulta pública para busca de soluções para a mitigação dos efeitos da seca e segurança hídrica nos municípios do Curoca e Cahama na província do Cunene

De acordo com uma nota do Ministério da Energia e Águas, os participantes defenderam que a barragem a ser construída no rio Caculuar deve ter 17 metros de altura, com capacidade de armazenar 25 milhões de metros cúbicos de água.

Foi, igualmente, recomendada a construção do sistema de abastecimento de água para a comuna de Oncócuá, a partir da execução de furos de captação, sistema de abastecimento de água para a comuna de Chitado, a partir da captação do rio Cunene, bem como a reabilitação de nove pequenas barragens de retenção de água e de assoreamento no município do Curoca.

Abastecimento de água

A nota do Ministério da Energia e Águas refere que o projecto apresentado abrange cerca de 9 mil ligações domiciliárias, 7 mil ligações por torneiras de quintal e 250 chafarizes de 4 torneiras, todos abastecidos por mais de 67 quilómetros de rede de distribuição. Para garantir a viabilidade e reforçar a sustentabilidade das soluções, acrescenta, o projecto prevê, ainda, a implantação de sistemas fotovoltaicos para o abastecimento de energia às infra-estruturas, bem como a sua manutenção e operação por um período de dois anos, pelo empreiteiro.

Prevê-se, ainda, a contratação e capacitação de uma equipa técnica dedicada à futura operação e manutenção, garantindo a longevidade das intervenções.

As obras terão duração de 28 meses e irão gerar cerca de 1.400 empregos directos.

"As soluções a se terem em conta têm como principal objectivo melhorar a qualidade de vida da população

da região, possibilitando o acesso à água potável de qualidade a mais de 130 mil pessoas das referidas localidades", sublinha o documento enviado ao Jornal de Angola.

Prevê-se, também, atingir, no horizonte previsto do projecto, mais de 240 mil pessoas, bem como garantir a sustentabilidade da criação de mais de 30 mil cabeças de gado bovino e caprino.

As acções em estudo terão, igualmente, impacto na redução do abandono escolar, na promoção da indústria, do comércio e do turismo na região. Este programa emergencial será financiado pela linha de crédito da Gemcorp, tendo como dono da obra o GABHIC e entidade coordenadora a BDM Engenharia.

A consulta pública, presidida pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, foi realizado no âmbito do programa de acções dos projectos estruturantes para o Combate aos Efeitos da Seca no Sul do país, aprovado pelo Decreto Presidencial 167/19, de 4 de Outubro. Energia eléctrica

O soba grande do Curoca questionou a possibilidade de estar dentro do projecto o sistema de ligação de energia eléctrica, pois, disse, a população local sente-se, cada vez mais, prejudicada com a falta de corrente eléctrica.

O ministro João Baptista Borges disse que o agravamento das condições climáticas tem causado sérios danos sociais e económicos, como êxodos populacionais, riscos de segurança alimentar e impactos na população agrícola e pecuária, sendo que o problema de energia vai se resolver tão logo as barragens estejam concluídas.

Um outro assunto levantado no encontro tem a ver com o estudo de impacto ambiental a ser feito naquela região do Cunene. João Baptista Borges esclareceu que o estudo justifica-se para que, quando entrarem em acção as obras, não venham a trazer prejuízos à população local, pois a missão deste projecto é de melhorar a qualidade de vida da população dos municípios do Curoca e Cahama.

Durante o acto de apresentação pública, foram ouvidas as intervenções da sociedade civil, autoridades tradicionais e académica que levantaram questões e sugestões importantes para se acabar com a seca cíclica.

9.2 Moradores vivem calvário de anos anteriores

Jornal Luanda

10 De Dezembro de 2021

Texto: António Capeta

Barra do Bengo é conhecida pelos seus encantos turísticos, como belas praias e a intensa actividade comercial que se resume aos produtos do mar e do campo, dada a proximidade que tem com o perímetro agrícola da Funda onde são cultivados legumes, raízes, tubérculos e hortícolas. Estes produtos são comercializados na região e também nos principais mercados periféricos da capital como o 30, Kikolo e Cantinton.

Apesar destes atractivos, a Barra do Bengo corre risco de ficar isolada do resto do território, por causa da acentuada degradação de todas as vias de acesso.

Por estas alturas de chuva, os moradores da Barra já começam a sentir os efeitos do verdadeiro calvário que terão de suportar até meados de Maio do próximo ano, época em que terminam as chuvas.

Os quatro pontos de entrada para o território estão de tal forma degradados que, temendo o pior, muitos moradores começaram a abandonar as residências. Além de dificultar a entrada ao bairro, quando chove, todos os acessos que vão dar ao também conhecido "Boca do Rio", ficam totalmente alagados e, por isso, para evitar suportar as mesmas peripécias de há anos, que se caracterizam, também por inundações de casas, perda de haveres e até mesmo de vidas humanas e animais, os moradores preferem abandonar as casas.

A região, outrora considerada cartão postal de Cacucaco, pelas suas lindas praias, vida animada pelos requintados serviços restauração, passeios turísticos na costa e contra-costa, principalmente, aos finais de semanas, está a perder esta mística a cada ano que passa.

A terra linda que atraía gente de todo o tipo, raças, sexo e de todas as idades está a perder a "vida", intensidade e dinamismo no tempo.

9.3 Executivo projecta condições para regresso de refugiados ~

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2021

Texto: Silipuleni Jornalista

As autoridades angolanas estão a trabalhar na criação de condições para o regresso dos mais de três mil refugiados que se encontram na localidade de Omatunda, região de Omusati, no Norte da Namíbia, que se deslocaram àquele país em consequência da seca que assola o Sul de Angola.

Para constatar as condições criadas pelo governo do Cunene para o reassentamento dos refugiados, uma comissão multisectorial trabalhou ontem na povoação de Calueque, município de Ombadja e em Omambonde, no Curoca, localidades onde serão realojados os regressados.

De acordo com o comandante nacional adjunto para Gestão da Protecção Civil dos Bombeiros, o comissário bombeiro Manuel Lutango, a visita serviu para verificar o espaço identificado para o realojamento dos refugiados, trabalhar na criação das condições mínimas exigidas, desde água, energia eléctrica e outras infra-estruturas.

Manuel Lutango garantiu que todas as condições estão a ser criadas pelo Governo angolano para que os refugiados na República da Namíbia sejam realojados.

O Governo da Província do Cunene reservou uma área de 24 hectares, nas localidades de Calueque e Omambonde nos municípios de Ombadja e Curoca, onde serão preparados 110 lotes para mil 200 pessoas, numa primeira fase, espaço que poderá ser alargado em função do número de regressados.

De acordo com palavras do vice-governador do Cunene, Faustino Cortez, para além do realojamento, foi criada uma zona para cultivo, onde as comunidades estão inseridas na actividade agrícola de irrigação, aproveitando a água do rio Cunene.

O governante garantiu igualmente que na zona será instalado um hospital de campanha com capacidade para 200 camas.

Faustino Cortez afirmou que em consequência da fome, motivada pela seca, milhares de angolanos dos municípios oriundos dos Gambos e Chibia (Huila), Virei e Tômbwa (Namibe) e da Cahama e Curoca (Cunene), imigraram para a vizinha República da Namíbia à procura de trabalho em campos agrícolas, pastorícia ou como empregados domésticos.

9.4 Vítimas das chuvas beneficiam de apoio

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2021

Texto: Alfredo Ferreira

Cento e trinta famílias que ficaram desalojadas devido às chuvas que se abateram, em Novembro, sobre o município dos Dembos, aproximadamente a 180 quilómetros da cidade de Caxito, na província do Bengo, beneficiam, desde o princípio deste mês, de apoios do Governo.

Segundo a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Felisberta Costa, já foram distribuídas 1.500 chapas de zinco e bens alimentares às vítimas da chuva, residentes na vila municipal de Quibaxe e na comuna do Piri.

Lembrou que a população afectada solicitou ajuda à Administração Municipal dos Dembos e, como consequência disso, o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher disponibilizou 1.500 chapas.

Felisberta Costa sublinhou que "apesar de o apoio ser irrisório serviu para acomodar 130 famílias, que, devido aos estragos causados pela chuva, viram-se forçados a viver em casas de familiares, amigos ou vizinhos"

"Vamos continuar a apoiar as vítimas das chuvas e todas as famílias que vivem na condição de vulnerabilidade", garantiu a directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

O administrador adjunto dos Dembos para a Área Técnica, Gaspar da Cruz, esclareceu que as vítimas das chuvas receberam, também, cestas básicas, porque as suas reservas alimentares foram destruídas.

Gaspar da Cruz revelou que um grupo de técnicos, contratados pela Administração Municipal dos Dembos, coloca chapas e barrotes nas casas dos sinistrados, para garantir-lhes melhor segurança, em caso de as chuvas voltarem a cair de forma intensa, acompanhadas de ventania.

Uma das beneficiárias é Maria Augusta, 22 anos, moradora no bairro Columane, na periferia da vila municipal de Quibaxe. A jovem disse ao Jornal de Angola que as chuvas destruíram parcialmente um dos três quartos da casa onde vive com o marido e três filhos.

"O quarto das meninas ficou destruído e já estamos a levantar as paredes. Estou muito feliz, porque já não vai ser necessário comprar mais chapas. Agradeço o apoio do Governo", disse Maria Augusta.

Na vila comunal do Piri, Linda Inácio, 31 anos, afirmou que a ajuda do Governo chegou em boa hora, porque as famílias que não sabiam para onde ir dormiam ao relento. "Perdemos as chapas que cobriam as nossas casas, mas graças ao Governo vamos poder voltar a dormir bem e em segurança", disse a moradora do Piri.

"O nosso grito de socorro foi ouvido e já recebemos chapas e barrotes, para cobrir as nossas casas", disse João António, de 40 anos, também morador da localidade do Piri.

9.5 Chuva deixa várias zonas com carência de água potável

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2021

Vinte e duas zonas da cidade de Luanda estão privadas do abastecimento de água potável, devido às chuvas registadas nos últimos dias.

Uma nota da Empresa Pública de Águas (EPAL), divulgada, ontem, pela Angop, dá conta que as chuvas afectaram uma das condutas de transporte e distribuição de água, a partir da Estação de Bombagem de Cassaque para o canal superior que alimenta as Estações de Tratamento de Luanda Sul, Luanda Sudeste, Kikuxi 1 e Kikuxi 2.

A instituição indica que, em função da ocorrência, estão sob restrição os bairros da Maianga, Alvalade, Samba, Cassenda e Neves Bendinha.

Estão, igualmente, abrangidas as zonas do Mártires de Kifangondo, Cassequel, Miramar, Rangel, Sambizanga, Vila Alice, Kinaxixi, Marçal, Ilha do Cabo, Viana, Camama, Golfe, Vila Estoril, 28 de Agosto, Urbanização Nova Vida, Talatona, Patriota e Benfica.

A EPAL pede compreensão aos consumidores, comprometendo-se, em breve, em repor o normal abastecimento de água.

9.6 Chuva “abençoa” os fecundos campos agrícolas no Huambo

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2021

Texto: Miguel Ângelo

Na tradicional mensagem de fim-de-ano, em cerimónia, restrita devido à situação pandémica, realizada no Palácio Provincial, Lotti Nolika, a governadora do Huambo, avançara um dado estatisticamente assombroso à cadeia alimentar: 80% da produção da campanha agrícola 2020/2021 ficara, por questões de ordem natural, comprometida por força da última estiagem.

É, na verdade, um dado medonho, a avaliar que mais de 90% da população dessa região Centro-Sul de Angola, estimada em dois milhões e setecentos mil habitantes, ter a agricultura, no cultivo de milho, batata rena, batata-doce, feijão e hortícolas, como a actividade de ‘mina-de-ouro’ de sobrevivência e de sustentabilidade social e económica.

Lotti Nolika usara mensagem das palavras “resiliência” e “reinvenção” como as premissas que contribuíram para que, em 2021, as famílias camponesas, agricultores e cidadãos, se pudesse ultrapassar “os desafios” de um ano adverso, entrevado por um panorama macroeconómico recessivo, de agruras da Covid-19 e de severa estiagem. “Há razões para encarar o futuro com optimismo e perseverança”, expusera.

“As previsões para o próximo ano apontam para terreno positivo” e que “tudo faremos para que isto se reflecta na melhoria do bem-estar das nossas populações”, equacionou a governadora, a segunda mulher ao leme do destino da província do Huambo, pelo que as últimas chuvas são consideradas como uma “bênção” para o fomento da actividade agrícola.

Na hora de balanço dos factos, por mais ano percorrido, a balança pende, em absoluto, na província do Huambo, para o sector da agricultura. É, dissera Lotti Nolika, a actividade que “deve merecer toda a nossa atenção” para que “a campanha agrícola, em 2022, seja mais airosa, desde que não falte, de novo, chuvas.”

A segunda da edição da Feira de Exposição Local, realizada de 16 a 19 de Dezembro, no município do Huambo, já reflectira um pouco dessa pretensão e demonstrativa da capacidade produtiva que se espera no aumento da oferta de produtos do campo e não só, com fins únicos de estabilizar os preços no mercado, com um escoamento sistematizado pelo país, e aliviar a fome e à pobreza.

Há, com as chuvas a caírem com muita intensidade, indicadores que a campanha agrícola, em 2022, estará à altura para atender às necessidades da população, aliadas e acompanhadas com os vários programas e acções do Executivo angolano, com a distribuição de fertilizantes, sementes e instrumentos de trabalho no campo, visando a estimular e fomentar os índices de produção. Há vida além da agricultura

Mas a vida, na província do Huambo, não se movimenta apenas pelo universo da agricultura. Em 2021, “ano de algumas realizações”, como afirmara a governadora Lotti Nolika, sendo que há um conjunto de acções tendentes à conferir, pelos onze municípios desse território de 35.771 Km², uma qualidade de vida aceitável aos cidadãos, com a oferta de serviços sociais essenciais.

O PIIM – Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, em que o Huambo se apresenta com 306 projectos inscritos e um desembolso estimado em 24.6 mil milhões de Kwanzas, é o epicentro da convergência à materialização do bem-estar colectivo. E, aqui, um dado a suster: dois mil empregos, temporários, foram gerados, de 2018 a 2021, com a execução de 276 projectos.

No sector da Saúde, a fim de reforçar a capacidade de resposta, estão em construção vinte e seis unidades sanitárias, de várias tipologias, em que se juntam oito residências para os técnicos e 510 novas salas. Há mais: o Hospital Pediátrico do Huambo e o Hospital Geral do Bailundo. Na fase final estão os hospitais da Ecuinha e do Chilume.

A Educação, sector fulcral à edificação da consciência humana, tiveram, em 2021, no PIIM “aconchego” com a construção de mais escolas, sendo que o próximo ano, quando todas concluídas, a oferta atingirá a cifra de 393 salas de aula, permitindo a uma maior inclusão no sistema de ensino.

O fornecimento de energia, activo primordial para a consolidação da actividade social e económica, está em fase de estabilização, esperando-se que, em 2022, o Aproveitamento Hidreléctrico de Laúca, construída no rio Kwanza, entre as províncias de Malanje e Cuanza-Sul, disponibilize os megawatts necessários para o consumo da região do Planalto Central.

Sem energia não há turismo...e sem turismo, mesmo com todas as potencialidades, não há cultura que resista à falta de público. Mas, em 2021, a cultura do Huambo atingiu o apogeu no panorama musical com a conquista, pelo grupo “Os Picantes”, do Top dos Mais Queridos, concurso promovido pela Rádio Nacional de Angola.

A província do Huambo, em particular o município-sede, foi cenário de realização de inúmeras actividades ministeriais, como conselhos consultivos ordinários, visitas de putativos investidores, de e para vários ramos de actividade, em que a agricultura e o turismo foram dos sectores visados.

A dinamização do Pólo Industrial, com a captação de investimentos, é outra aposta. Tudo isso focado em aumentar o PIB local, reduzir o desemprego e, conseqüentemente, aumentar o rendimento das famílias e a capacidade financeira dos cidadãos.

E, seguindo a marcha do tempo, 2021 chega ao fim. Lotti Nolika, a governadora, reconheceu que "houve, claramente, uma desaceleração muito grande" em termos de crescimento económico.

Mas no Huambo, garantiu, "os ventos começam a soprar em sentido positivo" e não se adopte "atitude da avestruz, de enterrar a cabeça por baixo da areia" enfatizara para que, 2022, seja, de facto, um ano de crescimento, em todos os sectores, com percentual acima dos 2.6 por cento. As potencialidades são ricas e enormíssimas: à mão de semear!

10. MINEIRA

11. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 Tété António na 8ª Conferência sobre Cooperação China-África

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2021

Texto: Santos Pedro.

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, participou, na última segunda e ontem, na 8ª Conferência Ministerial sobre a Cooperação China-África (FOCAC), que decorreu em Dakar, Senegal.

Chefiou a delegação angolana, composta pelos secretários de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Custódio Vieira Lopes; para a Aviação Civil, Marítima e Portuária, Carlos Borges; e pelo director para Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Camenha, e o embaixador de Angola na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana, Francisco da Cruz.

Integraram ainda a comitiva angolana o embaixador de Angola na República Popular da China, João dos Santos Neto, assim como altos funcionários dos ministérios das Relações Exteriores e dos Transportes.

Na ocasião, o ministro das Relações Exteriores manteve um encontro bilateral com o seu homólogo da República Popular da China, Wang Yi, com quem abordou assuntos de interesse comum, no âmbito bilateral e multilateral.

O presidente chinês, Xi Jinping, foi um dos principais intervenientes ao evento, ao fazer o discurso principal, por videoconferência, na cerimónia de abertura da FOCAC, onde destacou o novo tipo de relações entre a China e África, o espírito de amizade e cooperação, bem como apresentou as propostas sobre a construção de uma comunidade China-África, com futuro partilhado na nova era e prometeu doar à África mais um bilhão de doses de vacinas contra Covid-19.

Xi Jinping prometeu, igualmente, trabalhar com os países africanos nas questões do alívio da pobreza e

agricultura, bem como anunciou nove novos programas, que passam a vigorar nos próximos anos.

O FOCAC é um fórum que acontece na China ou num país africano em alternância e foi fundado em Outubro de 2000, na primeira Conferência Ministerial em Pequim. Este evento é parte de uma tendência crescente de Cooperação Sul-Sul e oferece uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento.

Entre os seus objectivos destaca-se o fortalecimento da cooperação económica e as relações comerciais sino - africanas, para estabelecer uma nova ordem internacional que melhor reflectem as necessidades e os interesses da China e da África.

12.2 Angola e China abordam cooperação bilateral

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2021

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, e o embaixador da China em Angola, Gong Tao, reuniram-se, quarta-feira (15), em Luanda, para o aprofundamento da cooperação bilateral entre os dois países.

Em aproximadamente 45 minutos, as duas individualidades fizeram um rescaldo do Fórum de Parceria Económica África-China (FOCAC), realizado de 29 a 30 de Novembro de 2021, em Dakar, Senegal, assim como analisaram aspectos ligados com o encontro mantido entre os ministros das Relações Exteriores de Angola e o dos Negócios Estrangeiros da China, à margem do FOCAC.

FOCAC é um fórum que acontece na China ou num país africano em alternância, fundado em Outubro de 2000, na primeira Conferência Ministerial em Pequim.

É parte de uma tendência crescente de Cooperação Sul-Sul, que oferece uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento e visa fortalecer a cooperação económica e as relações comerciais sino-africanas para estabelecer uma nova ordem internacional que melhor reflectirá as necessidades e interesses da China e da África.

Angola e a China são parceiros estratégicos nos mais variados domínios e a sua relação de amizade e cooperação tem se desenvolvido num ritmo acelerado.

A audiência foi assistida, entre outros diplomatas, pelo embaixador Clemente Camenha, director da Direcção Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores.